



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

TEXTO PARA DISCUSSÃO 007

TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ESTRUTURA SOCIAL DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS - RELATÓRIO RMPA

Bianca Reis Ramos

Pesquisadora INCT Observatório das Metrópoles
Núcleo Porto Alegre

Rio de Janeiro
2019

Sobre o Observatório das Metrôpoles

Rede de pesquisa vinculada ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Composta por dezesseis núcleos regionais, desde 1998 trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional.

Visite nosso website:

www.observatoriodasmetropoles.net.br/

INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Coordenação

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Comitê Gestor

Adauto Lúcio Cardoso

Inaia Maria Moreira de Carvalho

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Correa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Luis Renato Bezerra Pequeno

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento M. Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

COMITÊ EDITORIAL

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Tuanni Rachel Borba

Massami Saito

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles, os quais, por sua relevância, levam informações para outros pesquisadores e estabelecem um espaço para debate e reflexão. A divulgação por meio da série não constitui publicação, portanto, não impede a edição em outros locais já que o Copyright permanece com os autores.

É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Transformações recentes da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras - Relatório RMPA

Bianca Reis Ramos¹

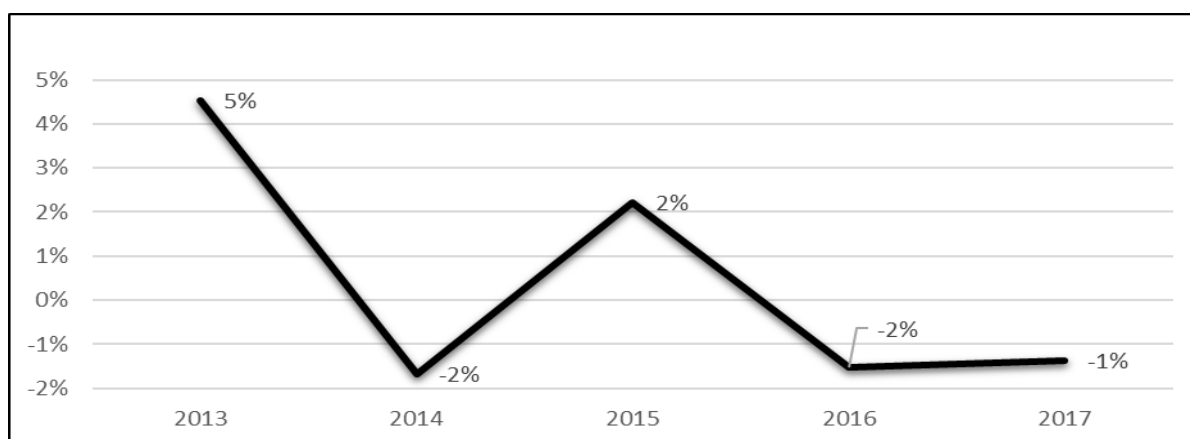
1. INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi instituída em 1973, inicialmente composta por 14 municípios. Atualmente a RMPA é composta por 34 municípios, e soma mais de 4 milhões de habitantes (RIO GRANDE DO SUL, 2017), sendo 1,5 milhões residentes da metrópole Porto Alegre (IBGE, 2010).

No ano de 2017 possuía 52% de população desocupada com pouco crescimento da população ocupada no período de 2012 a 2017 (IBGE, diversos anos). A população ocupada será detalhada neste relatório através das categorias sócio-ocupacionais fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período de 2012 a 2017. Com base nestes dados, foi observado que 53% da população ocupada era do sexo masculino e 47% do sexo feminino em 2017. Neste mesmo ano a distribuição por cor ou raça era a seguinte: 82% da população ocupada tinha cor branca, 8% cor preta, 0,1% amarela, 10% parda e 0,2% indígena. Foi observado aumento na população ocupada de cor parda entre 2012 e 2017. A maioria da população possuía entre 35 e 49 anos no ano de 2017.

Conforme os dados, a RMPA obteve maior crescimento da população ocupada nos anos de 2013 e 2015, registrando os menores índices de população desocupada em 5 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – RMPA: Taxa de crescimento anual da população ocupada.

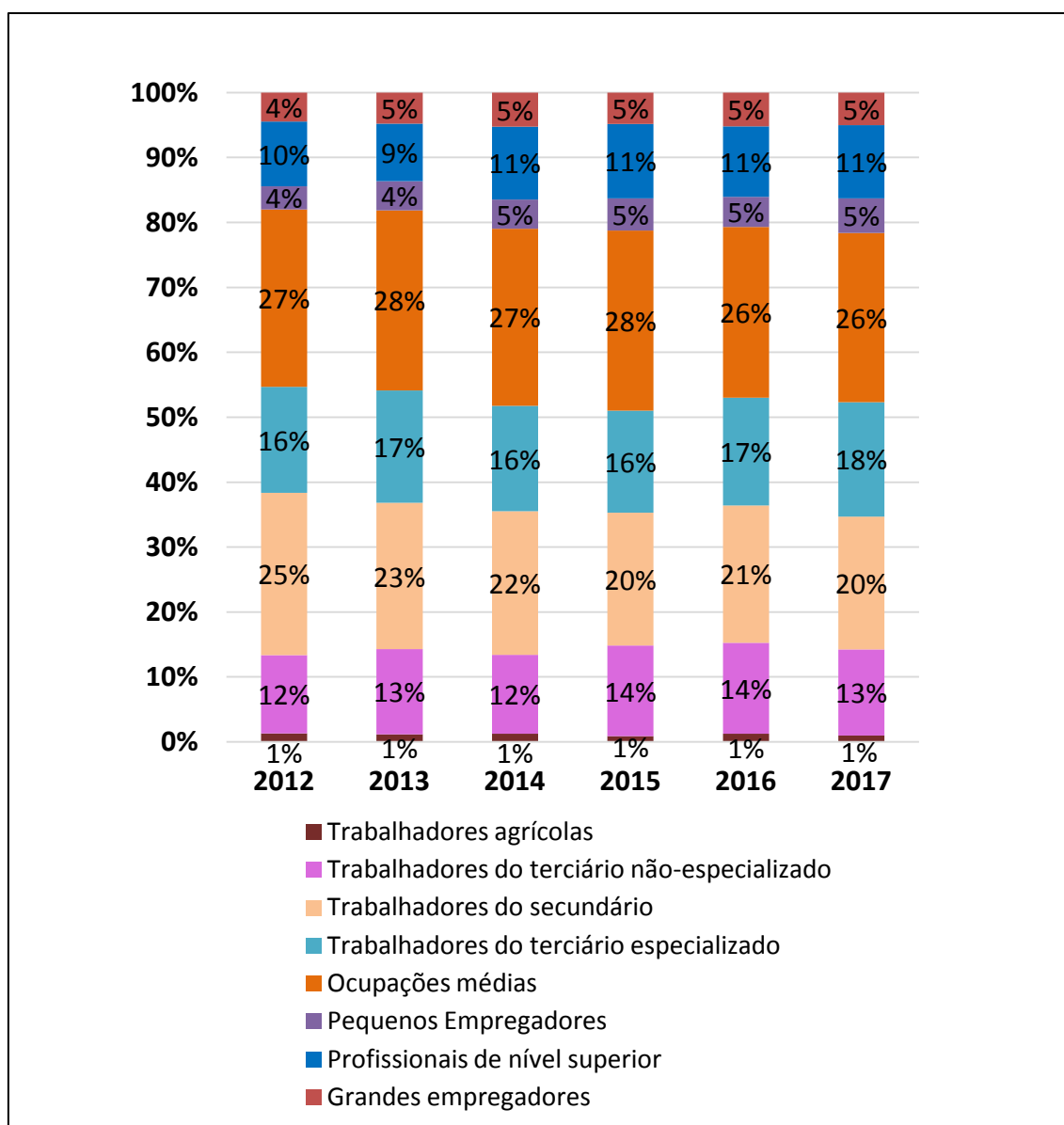


Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

¹ Bianca Reis Ramos - Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles. E-mail: biancareis.geografia@gmail.com

O Gráfico 2 representa a contribuição de cada categoria sócio-ocupacional na constituição do perfil de população ocupada na RMPA. Pode-se perceber que as proporções entre pessoal ocupado por categorias foram pouco modificadas em proporção. As ocupações médias e trabalhadores do secundário contaram com maior número de pessoal ocupado em todos os anos analisados. Já as classes de Grandes e pequenos empregadores, assim como os trabalhadores agrícolas tiveram menor representatividade.

Gráfico 2 – RMPA: Situação Sócio-ocupacional da Região Metropolitana de Porto Alegre por Ocupação - 2012 a 2017

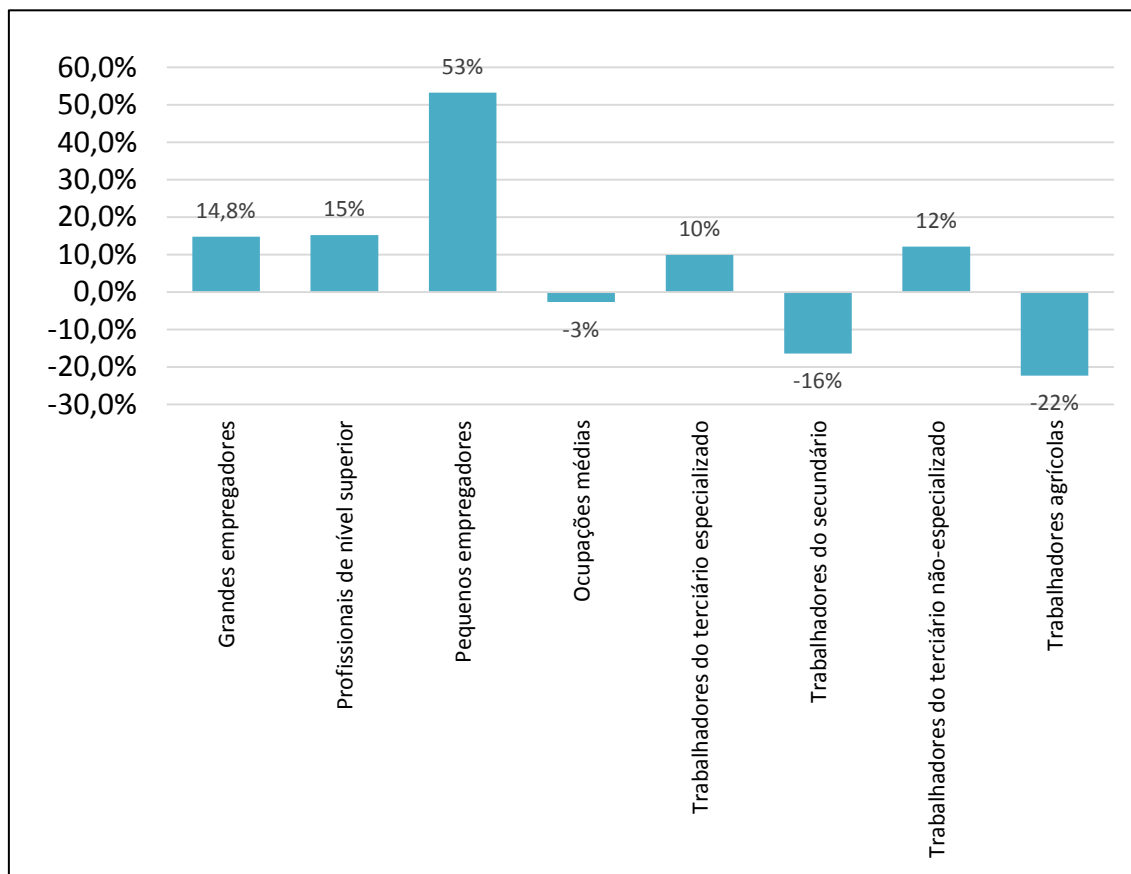


Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Já o cálculo das taxas de crescimento entre o ano de 2012 e 2017 mostraram que houve um crescimento maior das classes de Pequenos empregadores e Profissionais de nível superior neste período, com algumas oscilações anuais que serão detalhadas por

tipo de categorias nos próximos tópicos. Houve queda nas classes de trabalhadores agrícolas, seguido de trabalhadores do secundário e ocupações médias (Gráfico 3).

Gráfico 3 – RMPA: Taxa de crescimento entre 2012 e 2017 das Categorias Sócio-ocupacionais.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

2. GRANDES EMPREGADORES

Esta categoria é constituída pelas subclasses de grandes empregadores, dirigentes do setor público e do setor privado (Tabela 1). Os dirigentes do setor privado apresentaram em 2017 a maior concentração de pessoal ocupado (75%), seguido dos grandes empregadores (22%). A classe com menor representatividade e que obteve maior queda foi a dos dirigentes do setor público (3%).

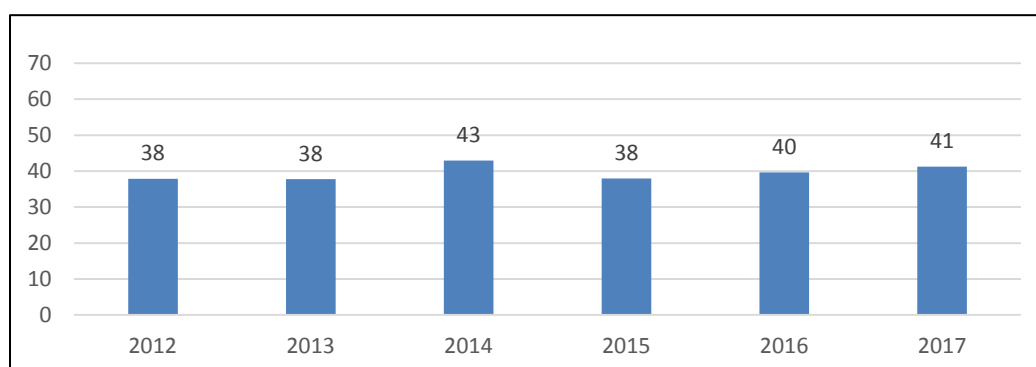
Houve um aumento acentuado dos dirigentes do setor privado principalmente no ano de 2015 (77%). A partir de então esta classe começa a apresentar queda. Os Grandes Empregadores tiveram maior contribuição nesta classe nos anos de 2014 (25%) e 2016 (26%).

Tabela 1- RMPA: Participação dos Grandes Empregadores.

Grandes Empregadores	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grandes Empregadores	18	23	25	15	26	22
Dirigentes do Setor Público	20	9	10	8	6	3
Dirigentes do Setor Privado	63	68	64	77	69	75
Total	100	100	100	100	100	100

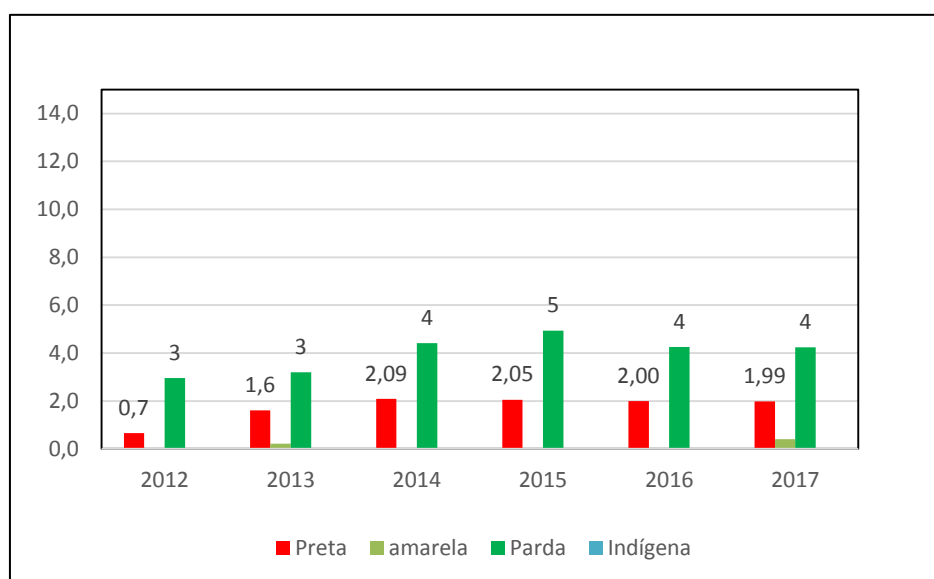
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Com relação ao sexo, nesta categoria foi observado que o padrão seguiu a constante de 60% dos homens ocupando a classe de Grandes Empregadores em todos os anos observados neste período de tempo analisado (Gráfico 4). Ainda que com maior representatividade masculina, encontramos maior igualdade quando analisamos a proporção de dirigentes do setor privado, e maior disparidade entre homens e mulheres no subgrupo dos grandes empregadores, que somaram cerca de 70% da participação masculina, atingindo a marca de 80% em 2017.

Gráfico 4 – RMPA: Proporção de mulheres na categoria de Grandes Empregadores.

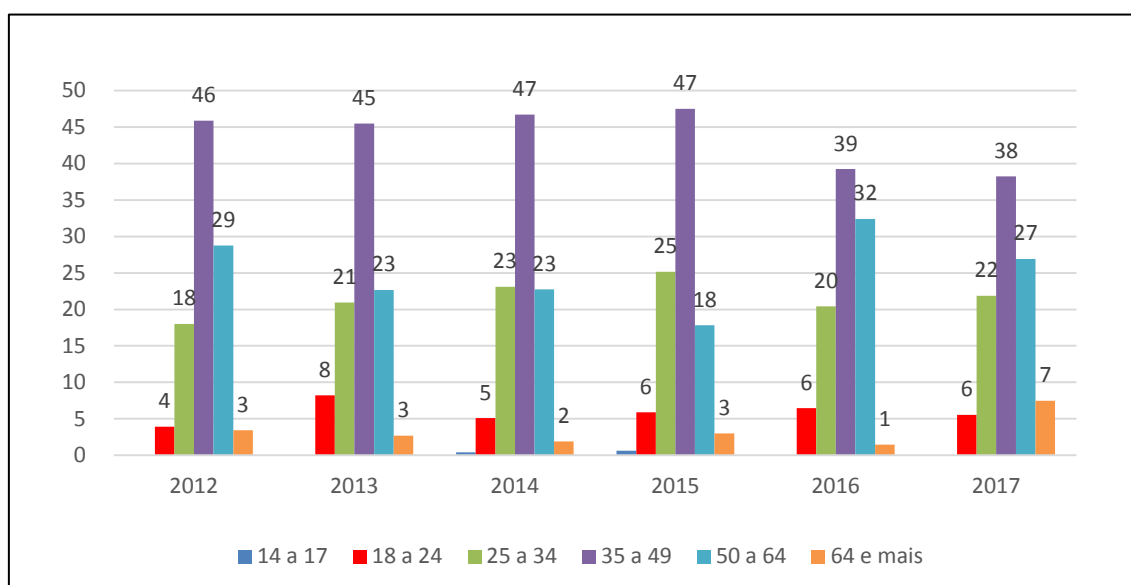
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

No decorrer dos anos foi possível observar que a cor dos dirigentes continua sendo predominantemente branca (acima de 90%), ainda que tenha sofrido quedas graduais ao longo dos anos e parco crescimento dos Grandes Empregadores de cor parda e preta (Gráfico 5). Esse crescimento pode ser verificado principalmente a partir do ano de 2014 com um crescimento de pessoal ocupado de cor preta e parda no subgrupo dos Grandes Empregadores. Não há Grandes Empregadores indígenas, e amarelos ocuparam menos de 0,5% apenas nos anos de 2013 e 2017.

Gráfico 5 – RMPA: Cor dos Grandes Empregadores.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A idade dos Grandes Empregadores concentrou-se na faixa dos 35 a 49 anos no período de tempo analisado. Há um aumento na concentração de pessoas ocupadas com mais de 50 anos entre 2016 e 2017. Isso pode significar dentre outros fatores, o envelhecimento da população (Gráfico 6).

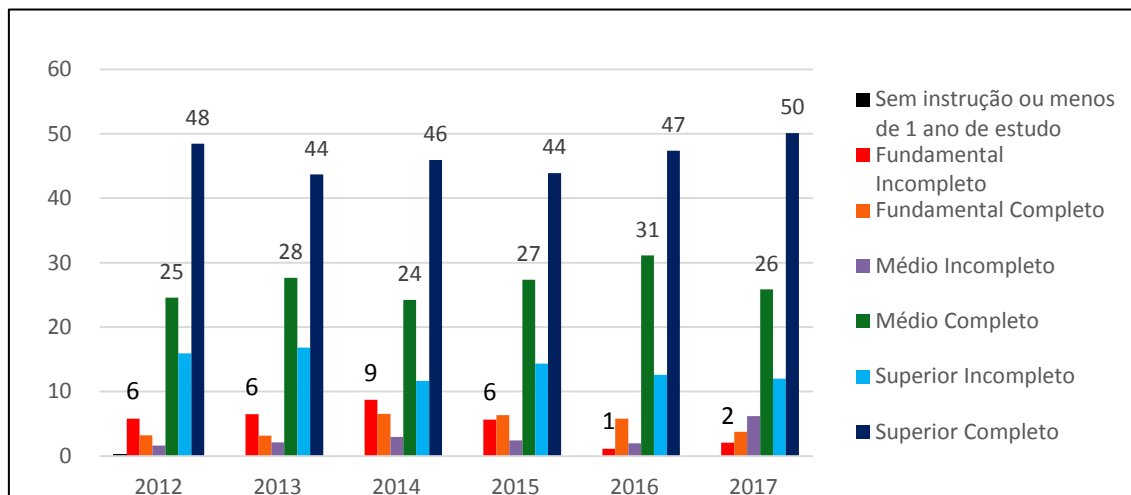
Gráfico 6 – RMPA: Idade dos Grandes Empregadores.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O Gráfico 7 apresenta os dados de escolaridade desta categoria. A maioria possui o ensino superior completo ou ensino médio. Ocorre uma diminuição de pessoas com ensino fundamental incompleto ao mesmo tempo em que há um incremento de pessoas

com fundamental completo e ensino médio incompleto, que pode significar a busca dessa população em completar o ensino básico.

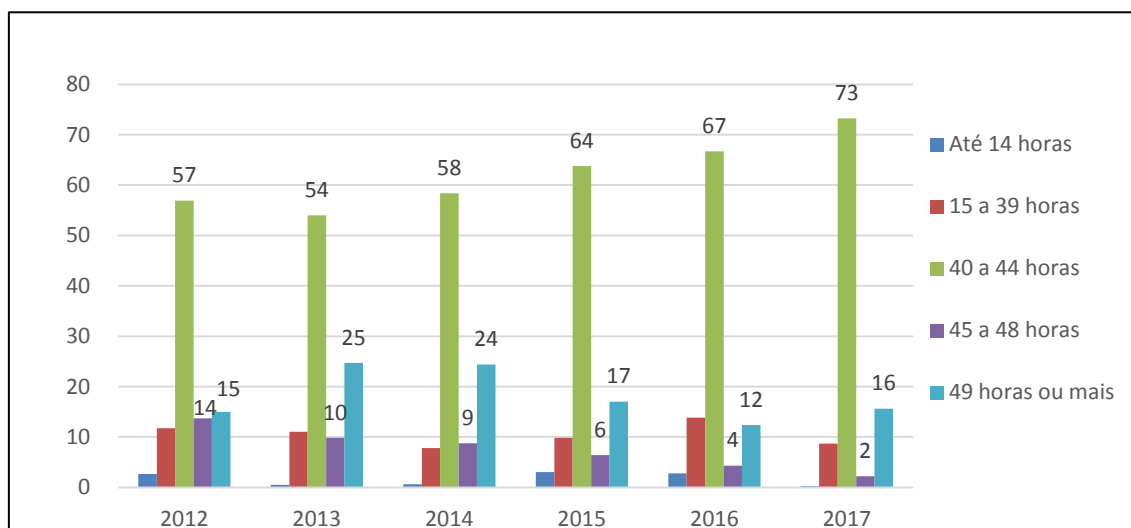
Gráfico 7 – RMPA: Escolaridade dos Grandes Empregadores.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria dos Grandes Empregadores possuíam carga horária semanal de trabalho entre 40 e 44 horas. No período analisado as horas de trabalho de 73% do pessoal ocupado nesta classe aumentaram. Ao mesmo tempo, ao longo dos anos ocorreu a diminuição da proporção de trabalhadores com carga horária superior a 45 horas (Gráfico 8).

Gráfico 8 – RMPA: Horas de trabalho dos Grandes Empregadores.

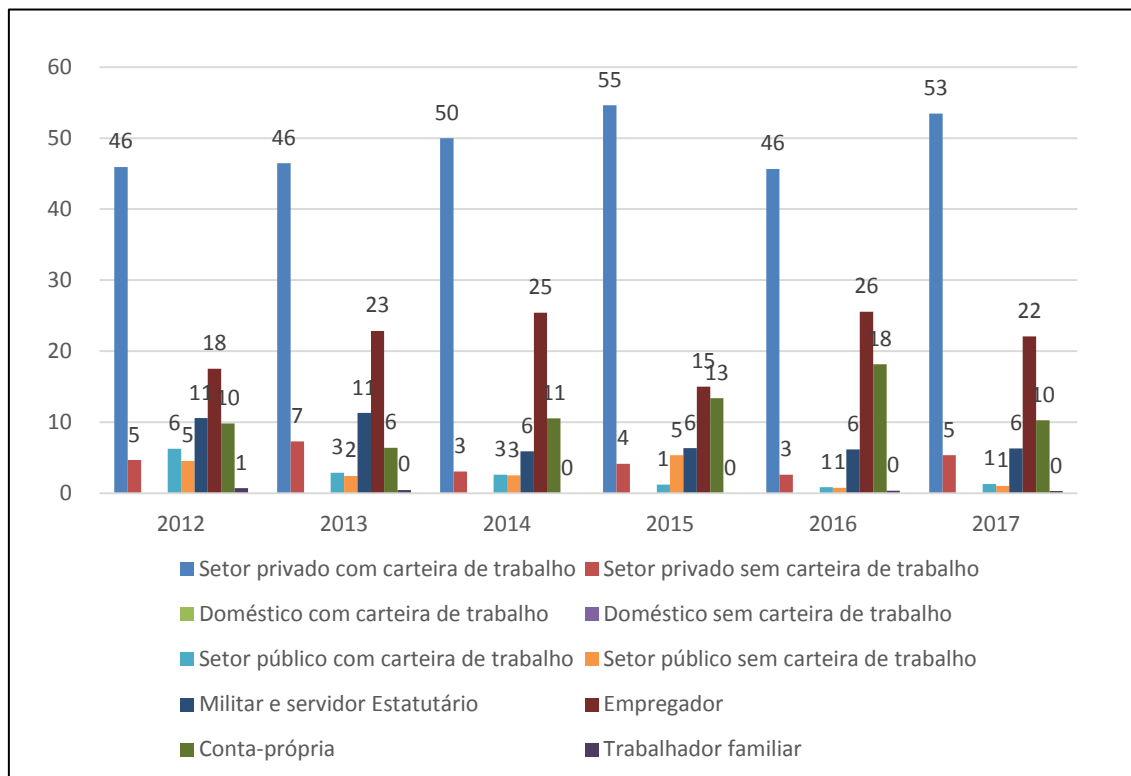


Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria atuava no setor privado com carteira de trabalho assinada (cerca de 50%) ou como empregador (entre 20% e 25%). Ocorreu um aumento no número de

Grandes Empregadores nas posições de Empregador (26%) e por Conta Própria (18%) no ano de 2016 (Gráfico 9).

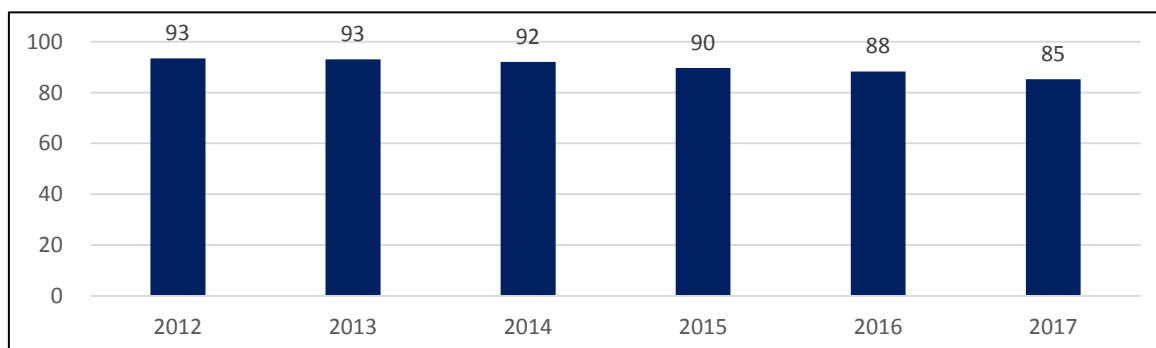
Gráfico 9 – RMPA: Horas de trabalho dos Grandes Empregadores.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O Gráfico 10 apresenta a proporção de Grandes Empregadores que contribuíram para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). É possível perceber a diminuição gradual de contribuintes entre os anos de 2012 e 2017.

Gráfico 10 – RMPA: Proporção de Grandes Empregadores contribuintes.

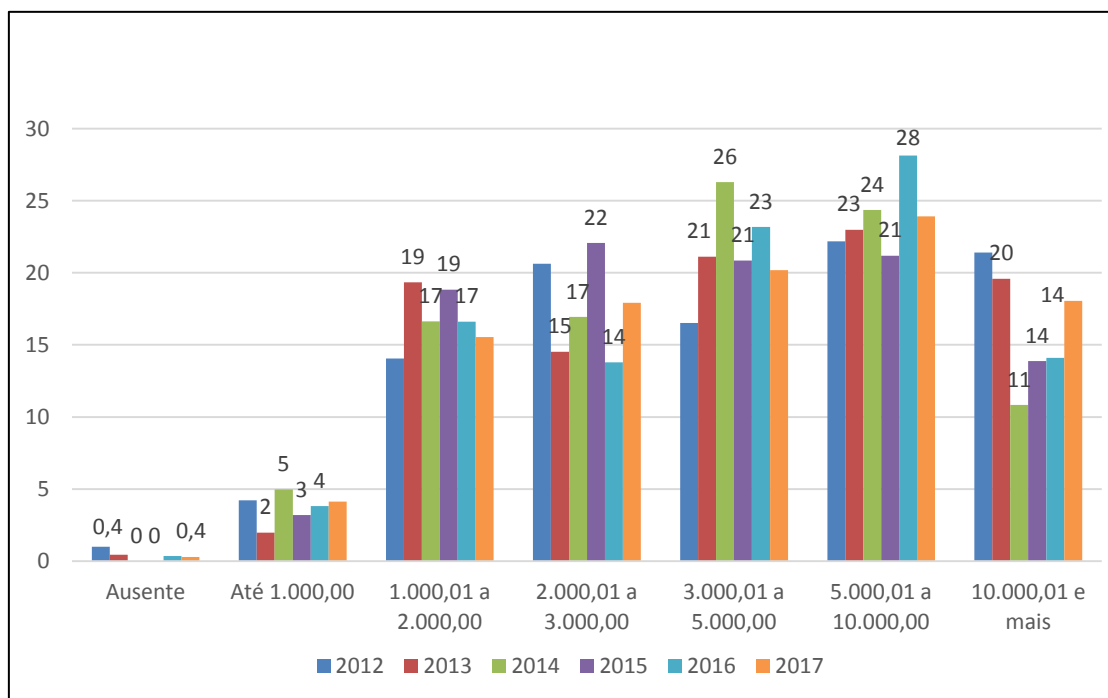


Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O gráfico com a distribuição por classes de rendimentos mostra que a maioria dos Grandes Empregadores possuem renda na faixa a partir de R\$ 3.000,00 até R\$

10.000,00 em quase todos anos analisados (Gráfico 11). Entre 2014 e 2016 ocorreu diminuição da proporção de dirigentes com renda maior que R\$ 10.000,00. Período este que coincide com o início da recessão econômica.

Gráfico 11 – RMPA: Proporção de Grandes Empregadores contribuintes.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3. PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Os profissionais empregados de nível superior e professores de nível superior são os grupos com maior proporção em todos os anos analisados da categoria dos Profissionais de Nível Superior. No entanto estes dois grupos tiveram também diminuição na sua participação ao longo dos anos, com crescimento dos grupos de profissionais autônomos a partir de 2015 e estatutários, este último apenas entre os anos de 2013, 2014 e 2017 (Tabela 2).

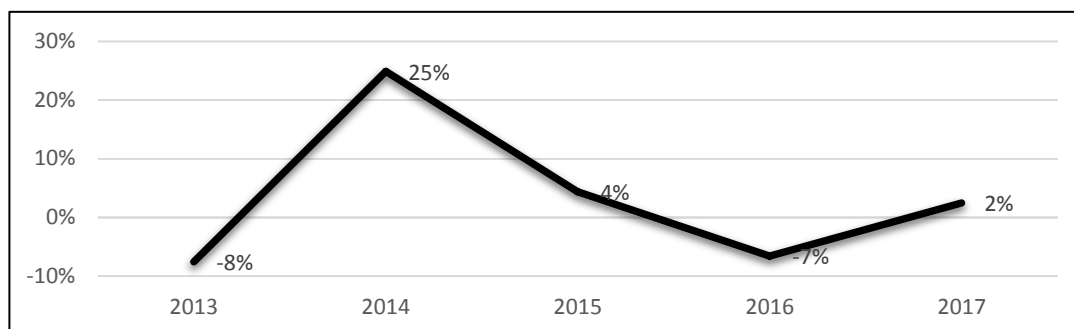
Tabela 2- RMPA: Participação dos Profissionais de Nível Superior.

Profissionais de nível superior	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Profissionais Autônomos de Nível Superior	21	20	20	22	27	24
Profissionais Empregados de Nível Superior	33	37	28	34	30	30
Profissionais Estatutários de Nível Superior	14	18	24	16	15	18

Professores de Nível Superior	32	26	28	27	27	28
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

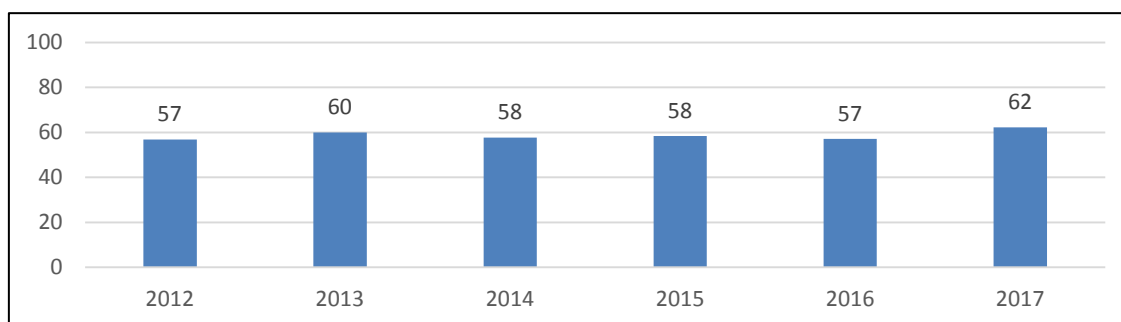
Gráfico 12 – RMPA: Crescimento anual dos Profissionais de Nível Superior.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

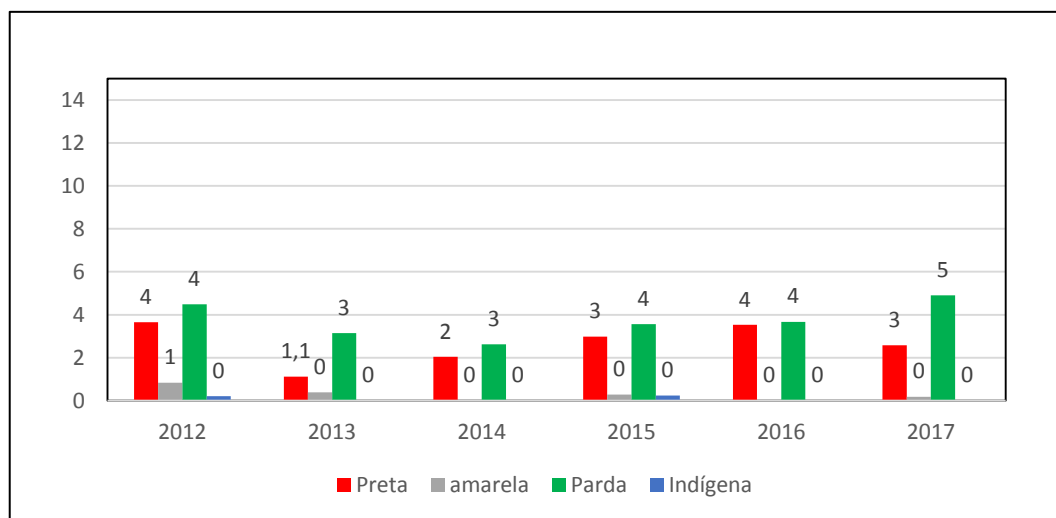
O Gráfico 13 mostra a proporção de mulheres ocupadas na categoria dos Profissionais de Nível Superior. A proporção de mulheres ocupadas esteve acima de 50% em todos os anos, com maior participação no ano de 2017 (62%). Isso se deve, principalmente ao grupo de professores de nível superior, que em sua maioria eram do sexo feminino, chegando a 85% em 2015 e 77% em 2017.

Gráfico 13 – RMPA: Proporção de mulheres Profissionais de Nível Superior.



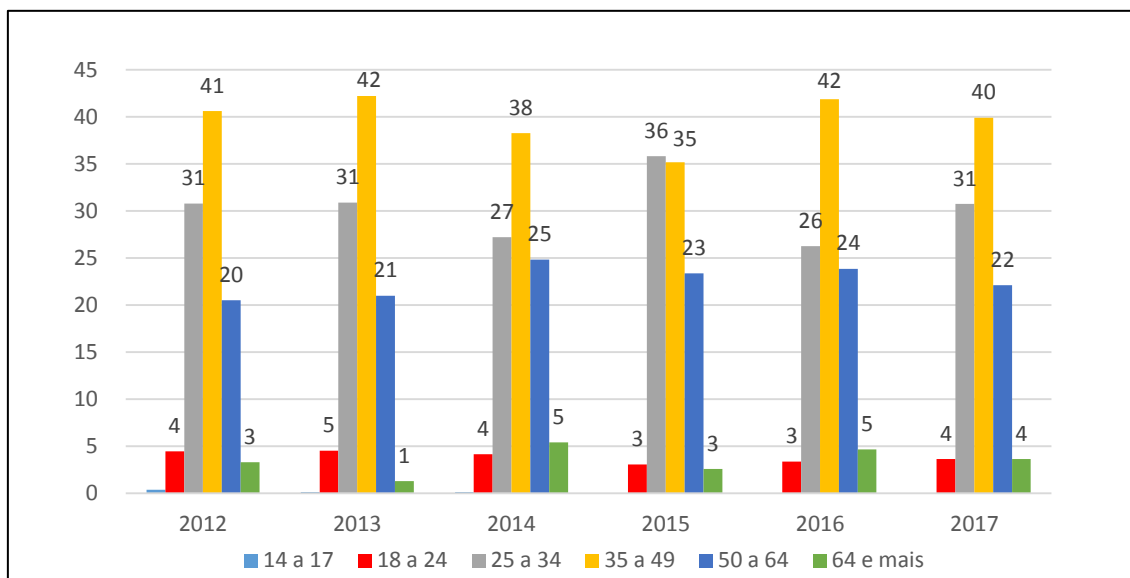
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Em todos os anos analisados há predominância de Profissionais de Nível Superior de cor branca. Os anos com menor proporção de pretos e pardos foram 2013 e 2014, e a proporção de profissionais de cor amarela e indígena não chega a 1% na maioria dos anos analisados (Gráfico 14).

Gráfico 14 – RMPA: Cor dos profissionais de nível superior.

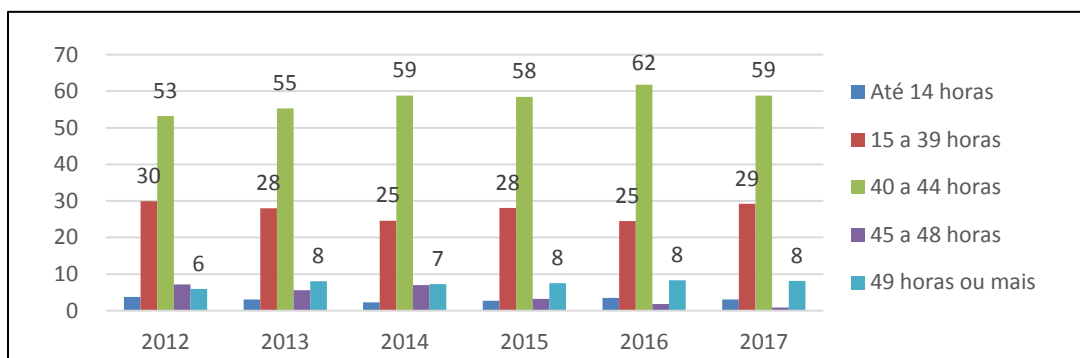
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O Gráfico 15 apresenta a distribuição dos Profissionais de Nível Superior por faixas de idade. Há maior proporção de profissionais com idade entre 25 a 49 anos em todos os anos. Mais de 95% do pessoal ocupado nesta categoria possui ensino superior completo, superior incompleto ou ensino médio completo.

Gráfico 15 – RMPA: Idade dos Profissionais de Nível Superior.

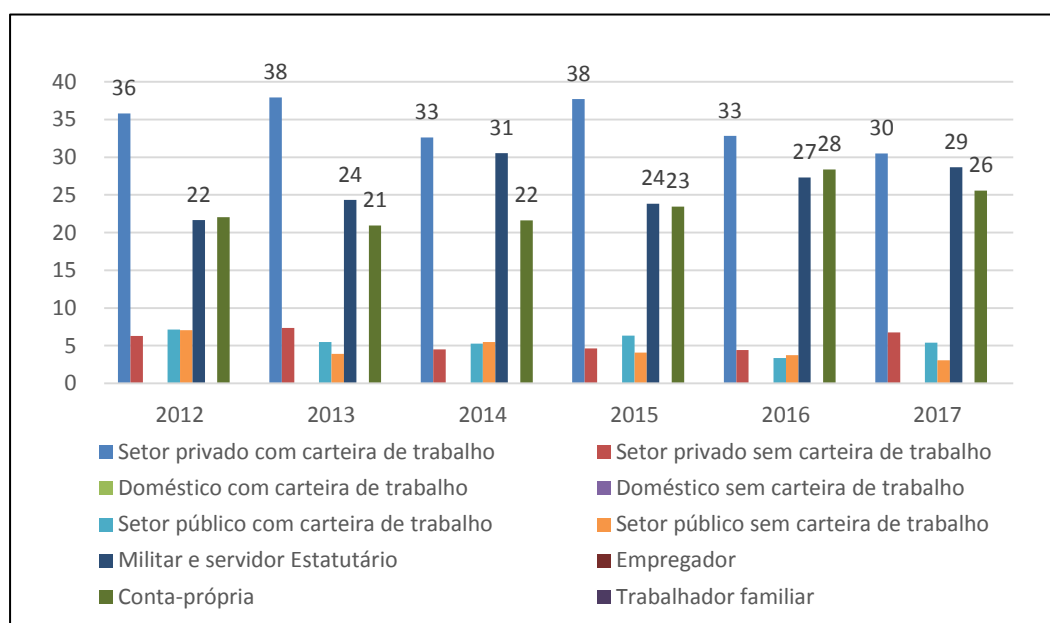
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A carga horária semanal de mais de 50% dos profissionais foi de 40 a 44 horas em todos os anos analisados, seguido da faixa de 15 a 39 horas (Gráfico 16). Não ocorreram mudanças acentuadas nas tendências de carga horária dos trabalhadores desta categoria. Os profissionais empregados e autônomos de nível superior são maioria com carga horária de 40 horas ou mais.

Gráfico 16 – RMPA: Horas de trabalho dos Profissionais de Nível Superior.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

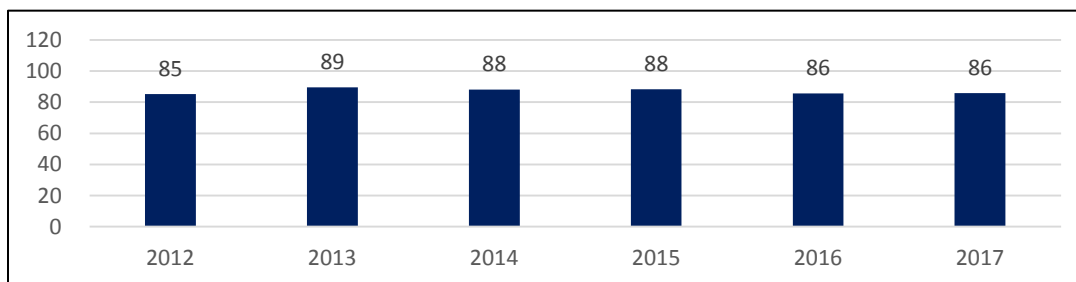
A maioria atuava no setor privado com carteira de trabalho assinada, militar, servidor estatutário ou trabalha por conta própria (Gráfico 17). Os professores de nível superior corresponderam em sua maioria ao setor privado com carteira assinada e servidores estatutários. Os profissionais empregados atuam majoritariamente no setor privado com carteira de trabalho assinada e os autônomos correspondem em sua maioria a posição por conta-própria.

Gráfico 17 – RMPA: Horas de trabalho dos Profissionais de Nível Superior.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Houve aumento de contribuintes em 2013, com diminuição gradual até 2017 (Figura 18). Esse resultado pode ser explicado pelo aumento de profissionais autônomos, que podem fazer a contribuição de forma facultativa e optaram ou não tiveram condições de contribuir. Os profissionais empregados e os professores de nível superior corresponderam à maioria dos contribuintes desta categoria.

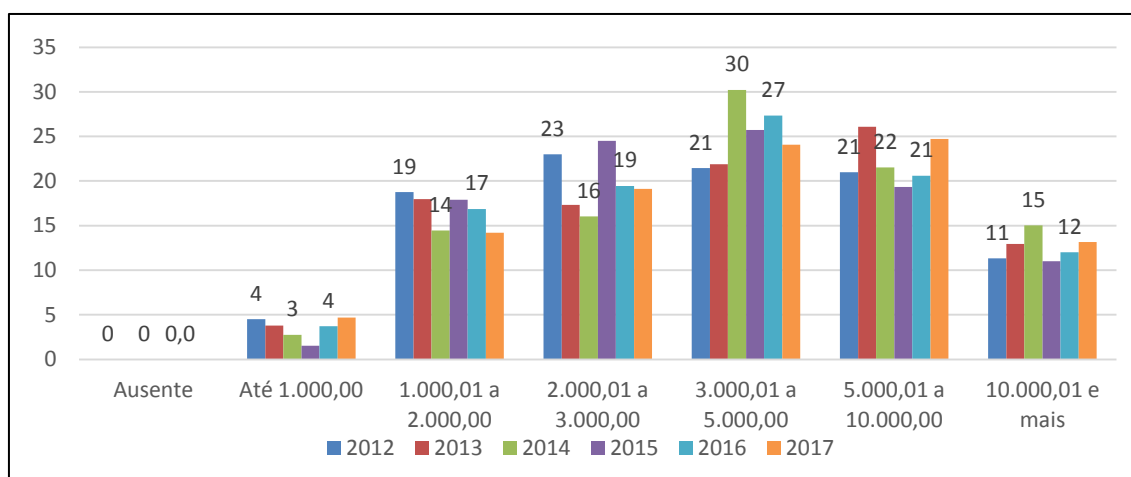
Gráfico 18 – RMPA: Proporção de Profissionais de Nível Superior contribuintes.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A faixa de rendimento de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00 apresentou maior proporção de profissionais em quase todos os anos, no entanto a distribuição dos rendimentos não se concentra em uma única faixa de renda, possuindo profissionais com rendimentos a partir de R\$ 1.000,00 em diante, como pode ser observado na Figura 19. Em 2017 a maioria dos profissionais autônomos tinham rendimentos entre R\$ 3.000,00 e 10.000,00, os profissionais empregados distribuem-se nas faixas de R\$ 2.000,00 a R\$ 10.000,00, os estatutários concentravam-se nas faixas de R\$ 5.000,00 ou mais, e por fim, os professores, que em sua maioria apresentavam rendimentos nas faixas de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00. Podemos perceber que esta categoria se mostra bastante heterogênea e bastante distribuída quando se trata dos rendimentos dos profissionais pertencentes ao mesmo grupo.

Gráfico 19 – RMPA: Proporção de Profissionais de Nível Superior contribuintes.



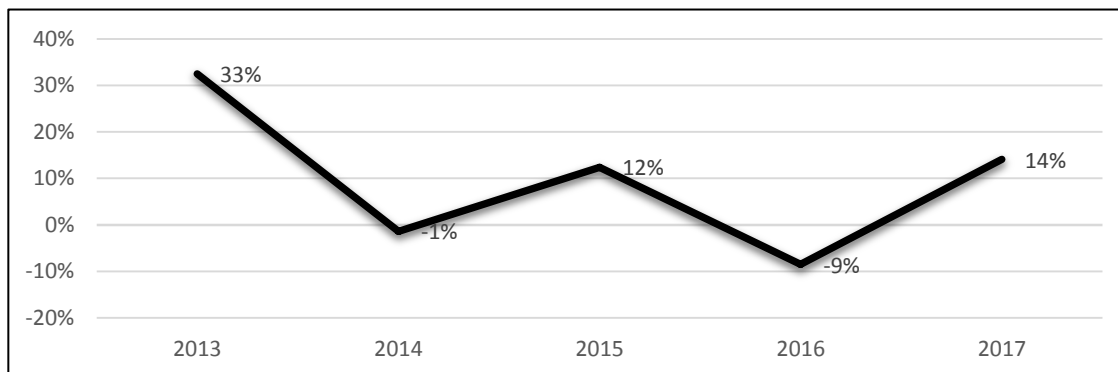
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

4. PEQUENOS EMPREGADORES

Esta categoria apresenta proporção similar à categoria dos Grandes Empregadores, oscilando entre 4% e 5% entre os anos de 2012 e 2017. O Gráfico 20

apresenta o comportamento das taxas de crescimento anual desta categoria. Houve um crescimento acentuado em 2013 (33%) e sua maior queda ocorreu em 2016 (-9%).

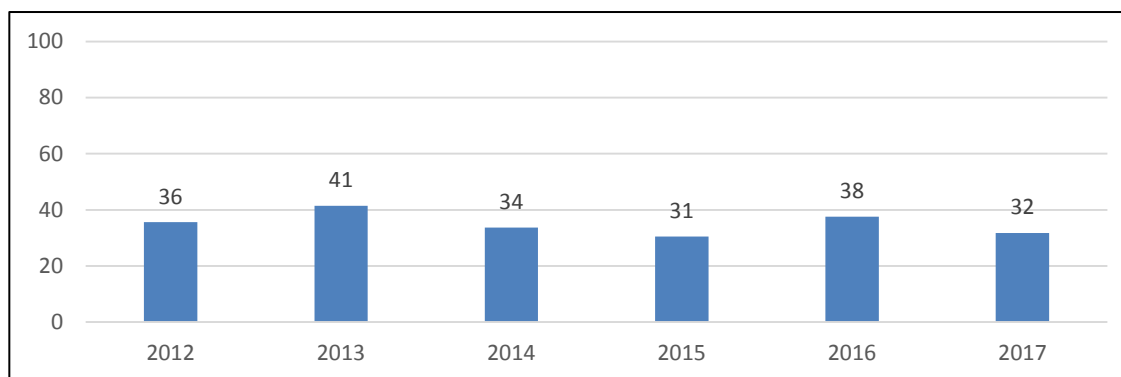
Gráfico 20 – RMPA: Taxa de crescimento anual dos Pequenos Empregadores.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

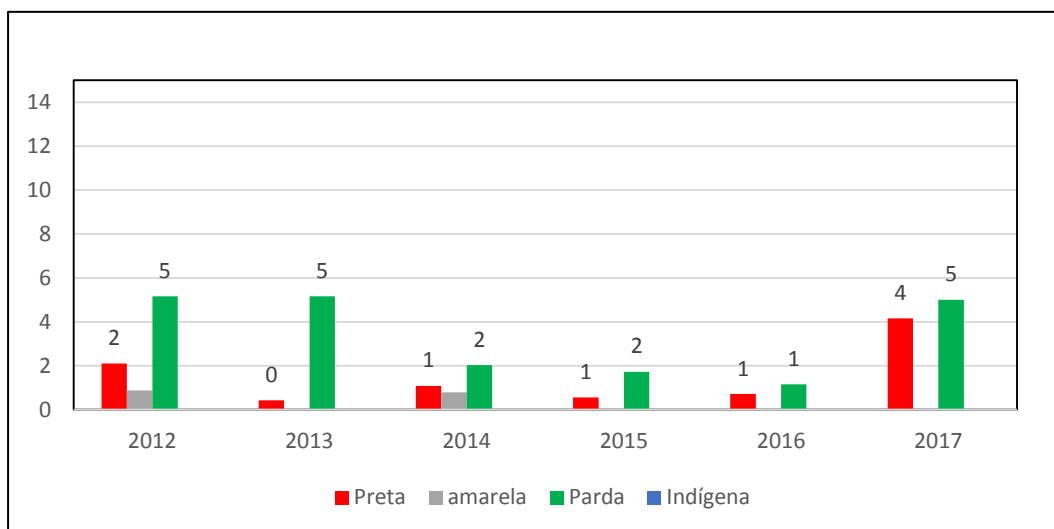
Assim como a categoria dos Grandes Empregadores, esta categoria apresentou pouca representatividade feminina, como mostra o Gráfico 21, com maior proporção em 2013 (41%) e menor em 2015 (31%).

Gráfico 21 – RMPA: Proporção de mulheres na categoria de Pequenos empregadores.



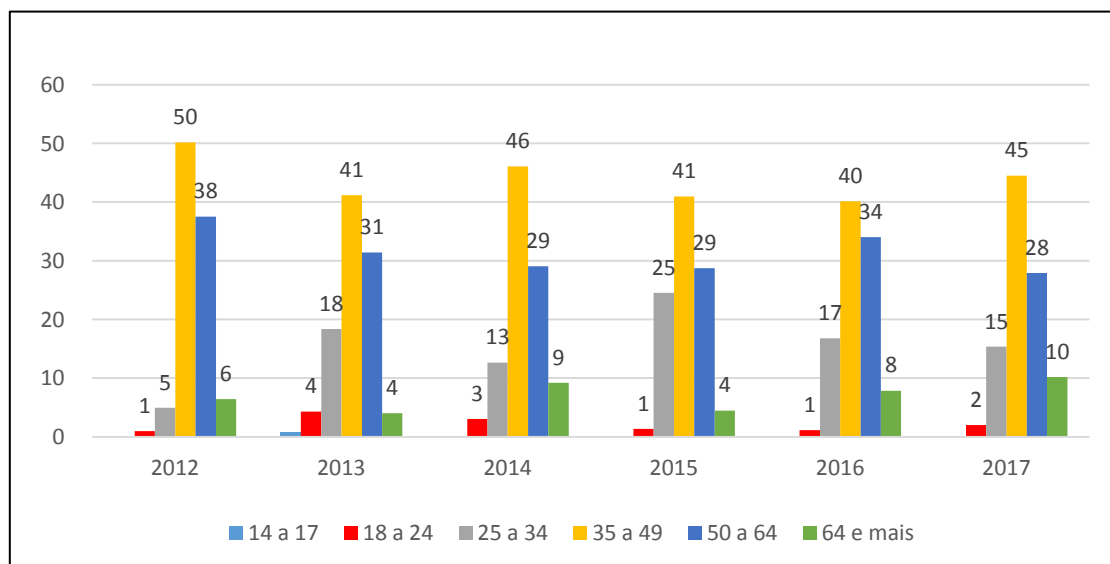
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Houve poucos Pequenos Empregadores de cor preta e parda com diminuição considerável nos anos de 2014 a 2016 (com apenas 1% de pequenos empregadores de cor preta e 2% de trabalhadores de cor parda), retomando crescimento, ainda que abaixo do ideal no ano de 2017 (Gráfico 22). Pequenos empregadores de cor amarela foram observados apenas nos anos de 2012 e 2014 com cerca de 1% de representatividade na categoria. Não havia indígenas nesta categoria em nenhum período analisado.

Gráfico 22 – RMPA: Cor dos Pequenos Empregadores.

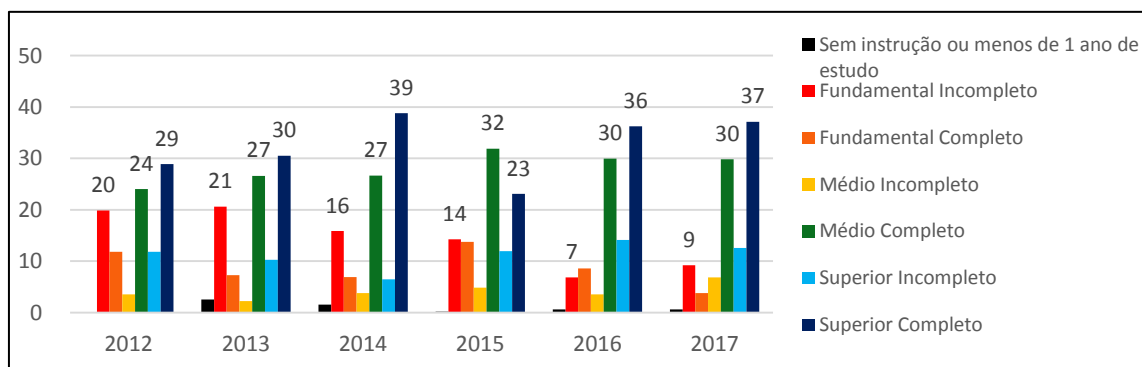
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria dos Pequenos Empregadores têm acima de 35 anos. É possível analisar no gráfico 23 um gradual envelhecimento do perfil dos pequenos empregadores no decorrer dos 6 anos analisados.

Gráfico 23 – RMPA: Idade dos Pequenos Empregadores.

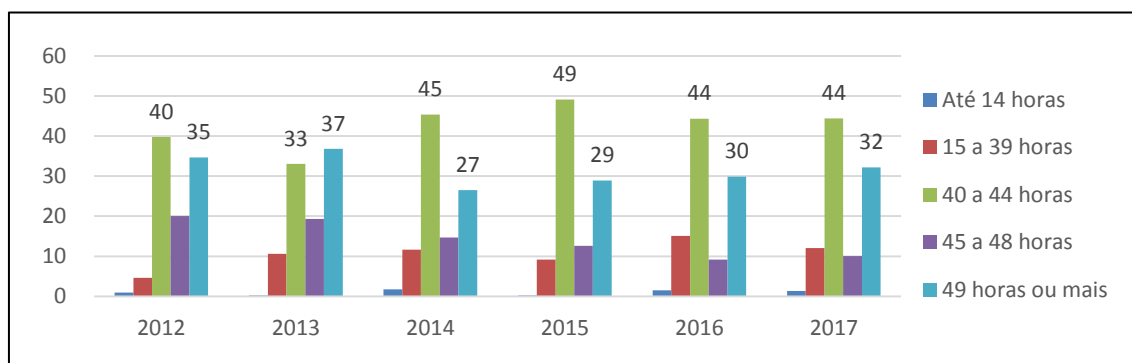
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria possui no mínimo ensino médio completo, com maior representatividade de pessoas com ensino superior completo (Gráfico 24). Há uma diminuição de pessoas com formação menor que o ensino fundamental ao longo dos anos, que pode representar uma evolução nos estudos e formação das pessoas ocupadas nesta categoria.

Gráfico 24 – RMPA: Escolaridade dos Pequenos Empregadores.

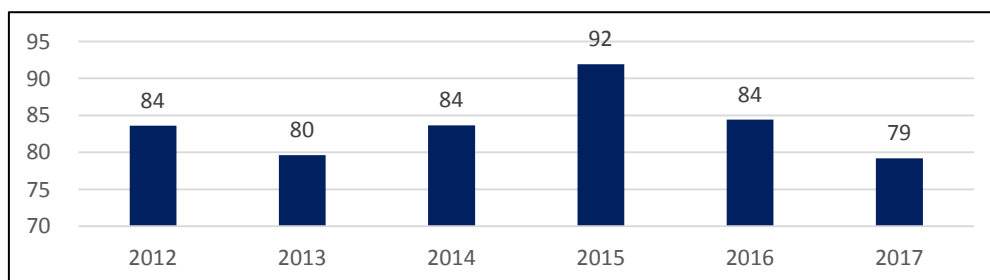
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A carga horária semanal de trabalho, assim como nas categorias anteriores foi de 40 a 44 horas em quase todos os anos, com exceção do ano de 2013, onde 37% do Pequenos Empregadores tiveram carga horária de 49 horas ou mais (Gráfico 25).

Gráfico 25 – RMPA: Horas de trabalho dos Pequenos Empregadores.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

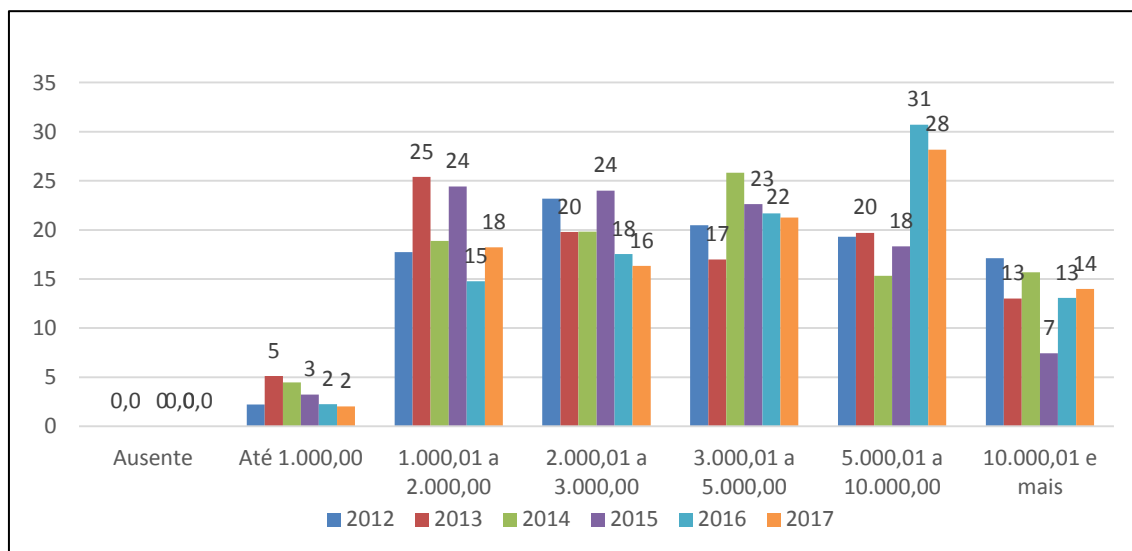
Todos os Pequenos Empregadores ocuparam a posição de empregadores entre 2012 e 2017 (Gráfico 26). A maior proporção de contribuintes foi no ano de 2015 (92%), com queda nos anos posteriores (2016 e 2017).

Gráfico 26 – RMPA: Pequenos Empregadores contribuintes.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O Gráfico 27 apresenta a distribuição dos Pequenos Empregadores por faixa de rendimento. A maior proporção de pessoas ocupadas nesta categoria possui rendimentos entre a faixa de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00. Em 2016 ocorreu crescimento na proporção de pessoas com rendimento maior que R\$ 5.000,00.

Gráfico 27 – RMPA: Rendimento dos Pequenos Empregadores.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

5. OCUPAÇÕES MÉDIAS

Os grupos com maior representatividade nesta categoria foram as ocupações de escritório e ocupações técnicas durante todos os anos analisados. O grupo com maior crescimento ao longo dos anos foi o das ocupações da saúde e educação (Tabela 3).

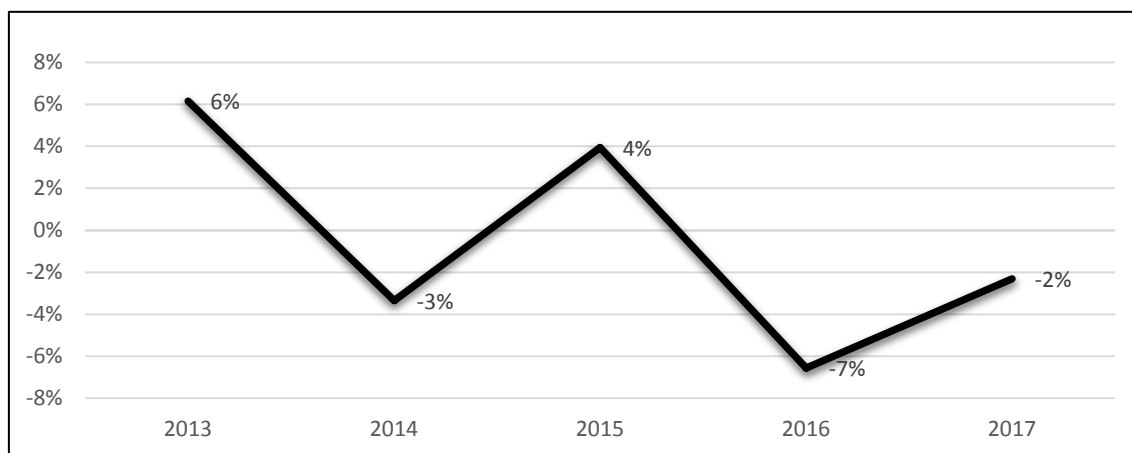
Tabela 3- RMPA: Participação das Ocupações Médias.

Ocupações Médias	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ocupações Artísticas e Similares	6	4	5	5	5	6
Ocupações de Escritório	45	46	44	43	41	41
Ocupações de Supervisão	9	8	6	7	9	8
Ocupações Técnicas	23	25	24	22	22	22
Ocupações Médias da Saúde e Educação	12	13	14	18	17	16
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	5	5	7	6	7	7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Houve uma diminuição no crescimento dessa categoria nos anos de 2014, 2016 e 2017, principalmente devido a diminuição de pessoas no grupo das ocupações de escritório (Gráfico 28).

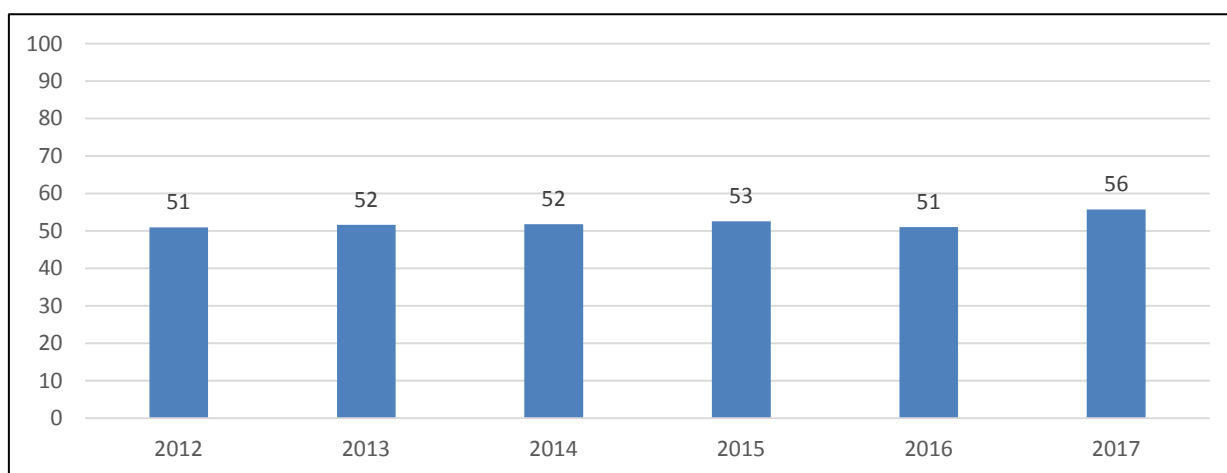
Gráfico 28 – RMPA: Crescimento anual das Ocupações Médias.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

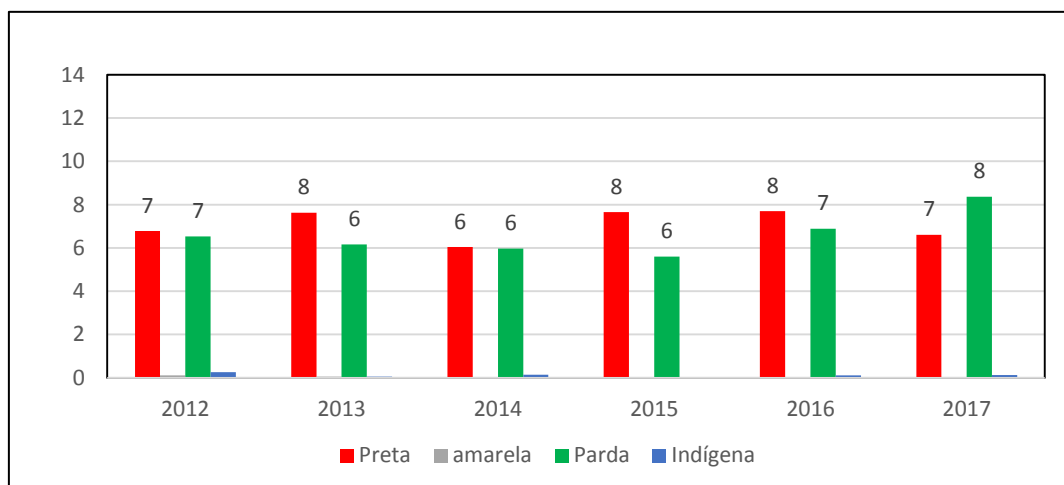
A proporção de mulheres pertencentes a esta categoria foi cerca de 50% ao longo dos anos, com maior contribuição em 2017 (56%), conforme o Gráfico 29. Os grupos com maior proporção de mulheres no ano de 2017 eram as ocupações artísticas e similares (63%), ocupações de supervisão (63%), ocupações técnicas (72%) e ocupações de segurança pública, justiça e Correios (75%)

Gráfico 29 – RMPA: Proporção de mulheres na categoria de Ocupações Médias.



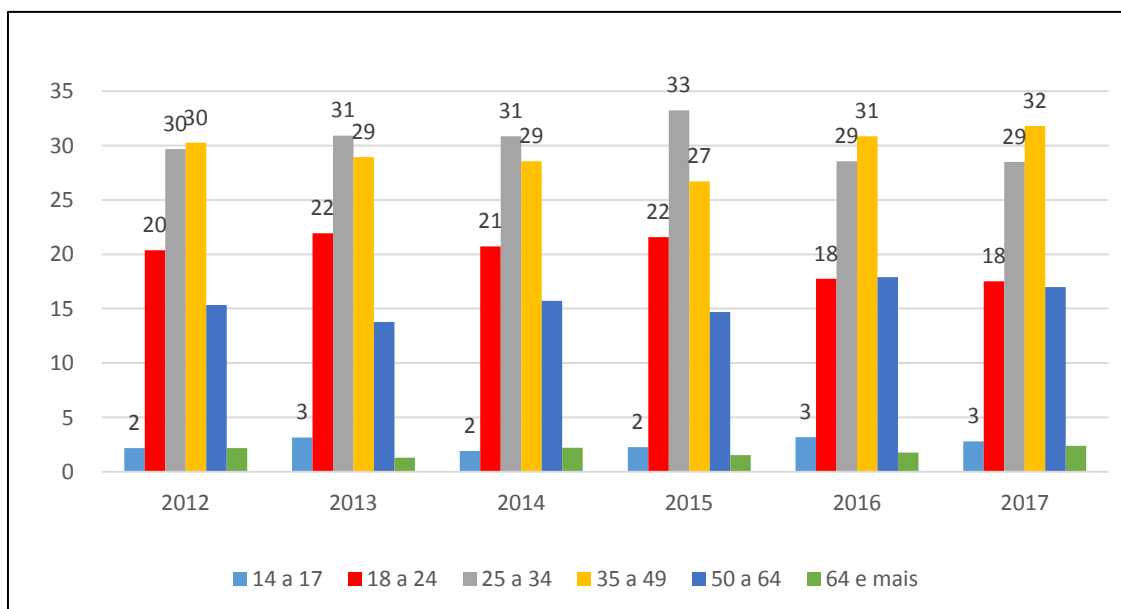
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Quando comparado com as categorias anteriores, é possível ver um aumento na proporção de profissionais de cor preta e parda (Gráfico 30). Os trabalhadores de cor ou raça preta, parda e indígena atuavam em sua maioria no ano de 2017 nas ocupações de escritório, ocupações médias da saúde e educação e ocupações técnicas.

Gráfico 30 – RMPA: Cor das Ocupações Médias.

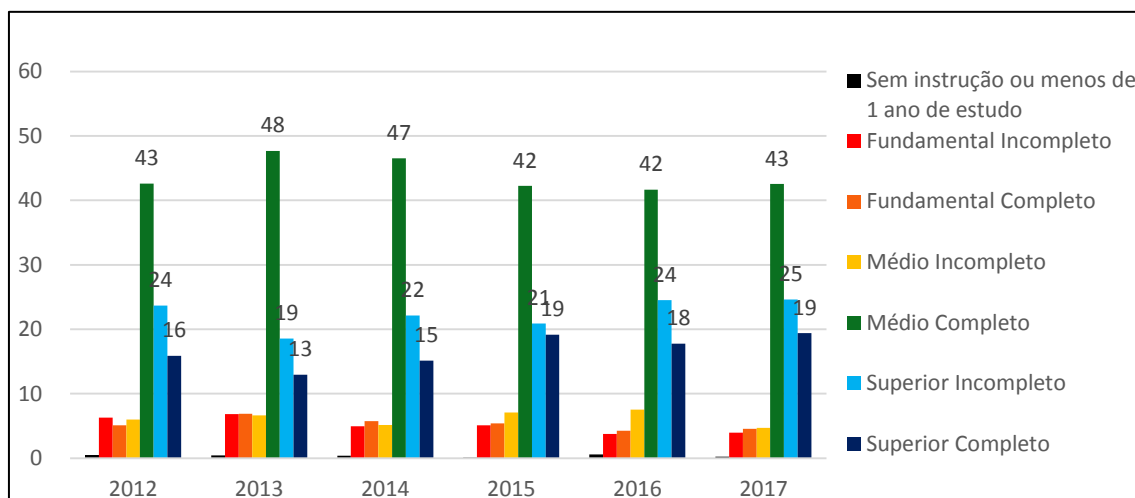
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

As pessoas pertencentes a esta categoria possuem idade entre 25 e 49 anos, em sua maioria. Nas Ocupações Médias já podemos observar que há maior proporção de jovens entre 14 e 24 anos atuando no mercado de trabalho, em sua maioria nas ocupações de escritório (Gráfico 31).

Gráfico 31 – RMPA: Idade das Ocupações Médias.

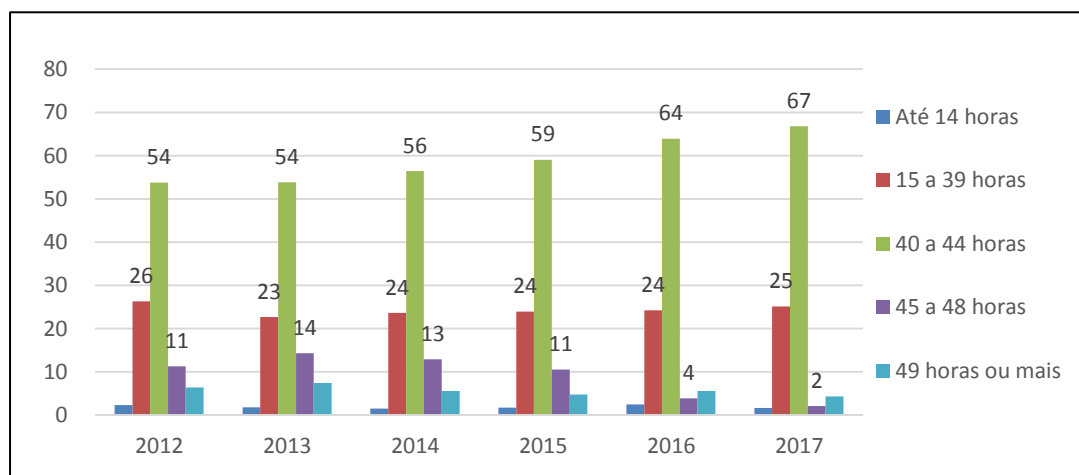
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Também podemos perceber que nesta categoria a média da escolaridade é de nível médio e superior incompleto. Com base na idade e escolaridade da maioria é possível que sejam jovens recém-saídos do ensino médio ou adultos cursando o ensino superior (Gráfico 32).

Gráfico 32 – RMPA: Escolaridade das Ocupações Médias.

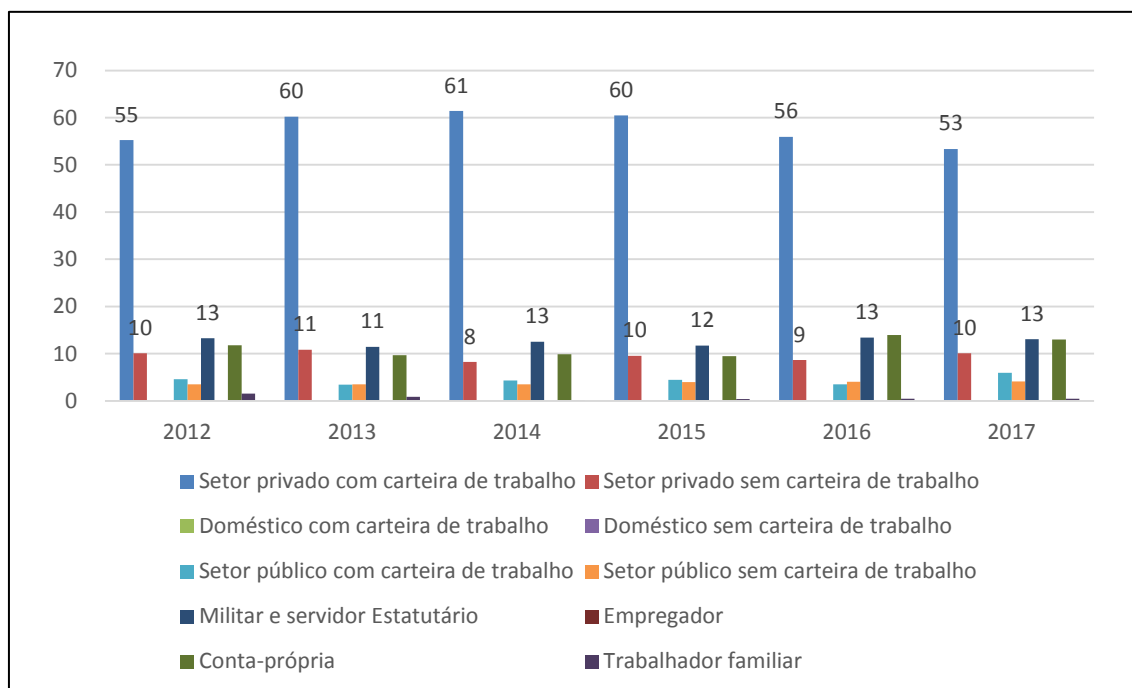
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A carga horária de 15 a 39 horas e 40 a 44 horas foi registrada pela maioria dos trabalhadores (Gráfico 33). Há um aumento gradual entre 2012 e 2017 da proporção de trabalhadores exercendo 40 a 44 horas semanais e diminuição das classes com carga horária de maior duração.

Gráfico 33 – RMPA: Horas de trabalho das Ocupações Médias.

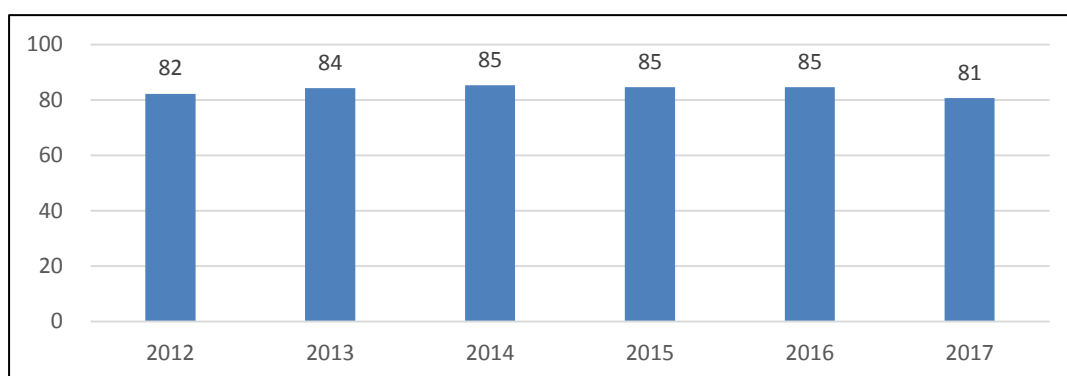
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os trabalhadores do setor privado com carteira de trabalho tiveram maior proporção em todos os anos analisados (Gráfico 34). No entanto há uma queda a partir de 2015 (60%) até 2017, onde atingiu 55%. A segunda posição com maior representatividade é a dos militares e estatutários, seguida pelos trabalhadores que atuam por conta própria e setor privado sem carteira de trabalho, que apresentaram proporções menores nos anos de 2014 e 2016, ficando abaixo de 10%.

Gráfico 34 – RMPA: Posição na ocupação das Ocupações Médias.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O número de contribuintes iniciou em 82% em 2012, crescendo nos anos posteriores e atingindo o auge de 85% em 2014, regredindo para 81% no ano de 2017 (Gráfico 35). Menos de 50% dos trabalhadores das ocupações artísticas e similares eram contribuintes em 2017. Além desta, as ocupações técnicas e as ocupações médias da saúde e educação também apresentaram proporção menor de contribuintes.

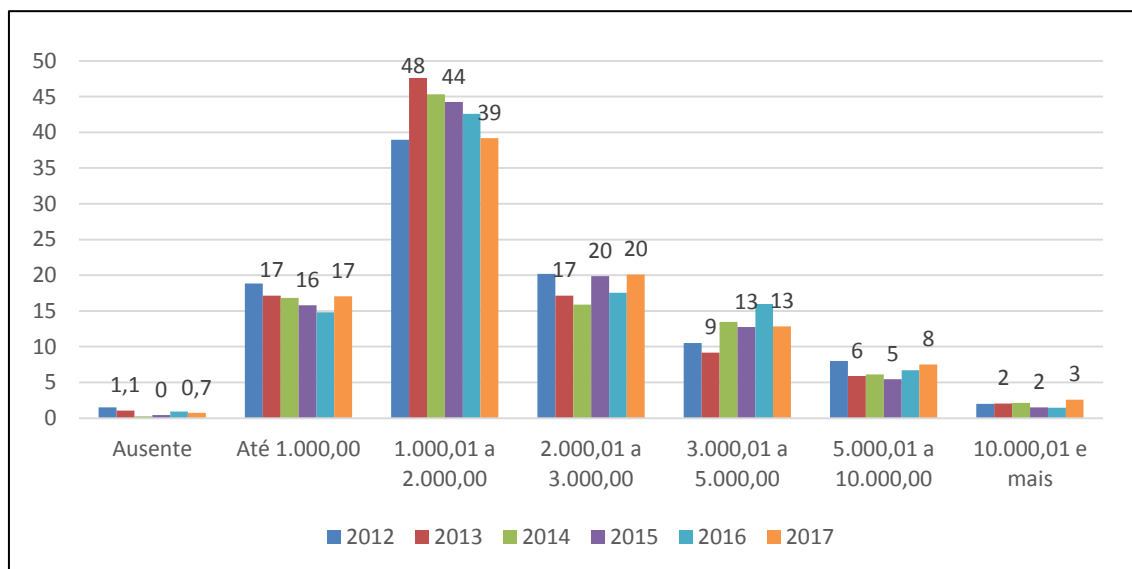
Gráfico 35 – RMPA: Proporção de trabalhadores contribuintes nas Ocupações Médias.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria dos trabalhadores desta categoria recebem entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 (Gráfico 36). Nesta categoria podemos observar também a redução da proporção de pessoas recebendo salários maiores que R\$ 2.000,00. Em 2017 a maioria dos trabalhadores das ocupações artísticas e similares e os trabalhadores das ocupações

de escritório recebiam até R\$ 2.000,00, os das ocupações de supervisão e ocupações técnicas de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00, ocupações médias da saúde e educação de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00, e ocupações de segurança pública, justiça e correios tinham rendimentos de R\$ 1.000,00 para cima, sendo o grupo mais heterogêneo desta categoria.

Gráfico 36 – RMPA: Rendimento das Ocupações Médias.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

6. TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO

A Tabela 4 apresenta a proporção de trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados na categoria dos Trabalhadores do Terciário Especializado. Ainda que tenha ocorrido maior participação dos trabalhadores do comércio em todos os anos analisados, há um equilíbrio entre a participação dos dois grupos nesta categoria.

Tabela 4: RMPA: Participação dos Trabalhadores do Terciário Especializado.

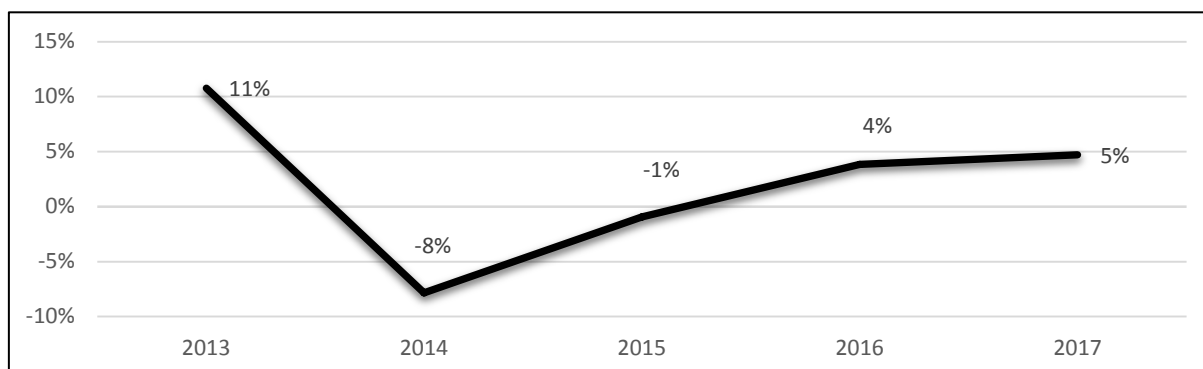
Trabalhadores do Terciário Especializado	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores do Comércio	53	54	53	51	55	52
Prestadores de Serviços Especializados	47	46	47	49	45	48
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Com relação ao comportamento dos Trabalhadores do Terciário Especializado ao longo dos anos pôde-se perceber que em 2013 ocorreu maior incremento (11%),

seguido da maior queda em cinco anos (-8%), no ano de 2014, retomando o crescimento nos anos posteriores (Gráfico 37).

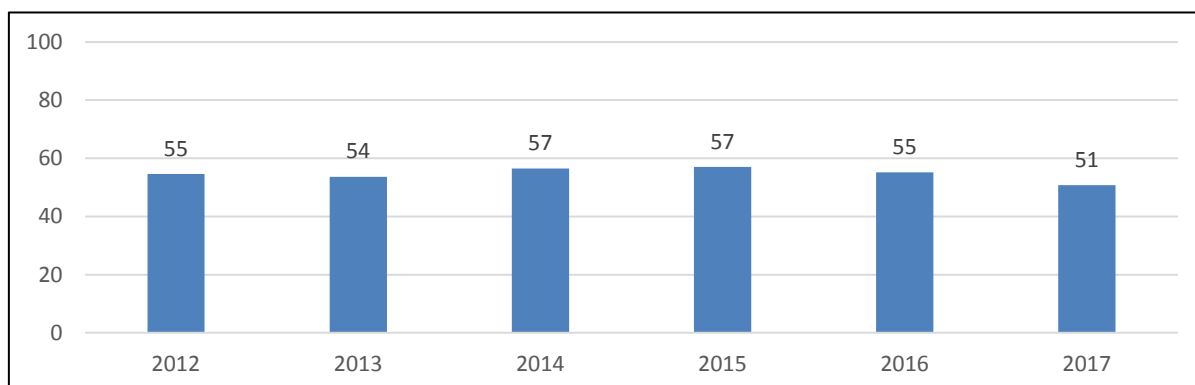
Gráfico 37 – RMPA: Crescimento anual dos Trabalhadores do Terciário Especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Mais de 50% das pessoas desta categoria são do sexo feminino. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho desta categoria foi nos anos de 2014 e 2015 com 57% de trabalhadoras (Gráfico 38). No ano de 2017 a proporção de mulheres representava 52% dos trabalhadores do comércio e 50% do grupo de prestadores de serviços especializados.

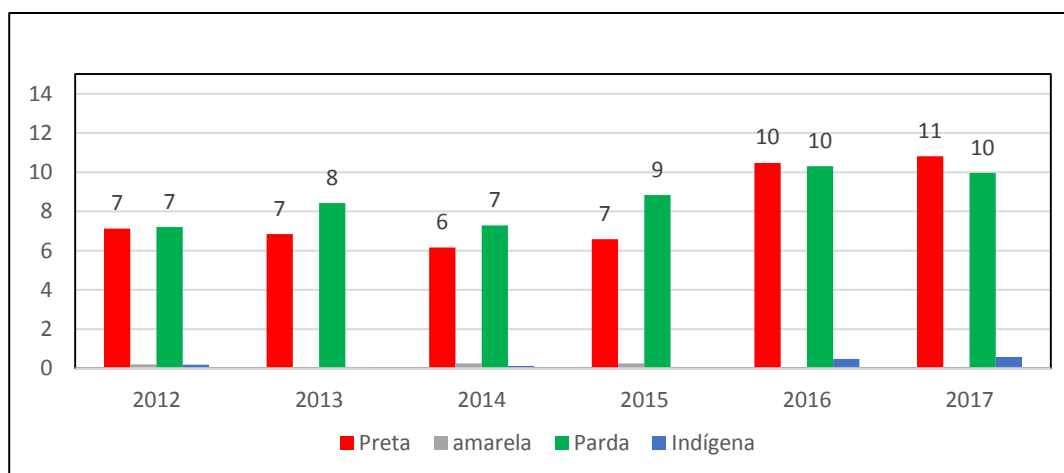
Gráfico 38 – RMPA: Proporção de mulheres na categoria de Trabalhadores do Terciário Especializado



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Houve um aumento na proporção de trabalhadores de cor preta e parda ao longo dos anos, principalmente nos anos 2016 e 2017, ainda que o mercado tenha a maioria de trabalhadores de cor branca (Gráfico 39). Havia maior concentração de trabalhadores pretos e pardos no grupo de prestadores de serviços especializados no ano de 2017.

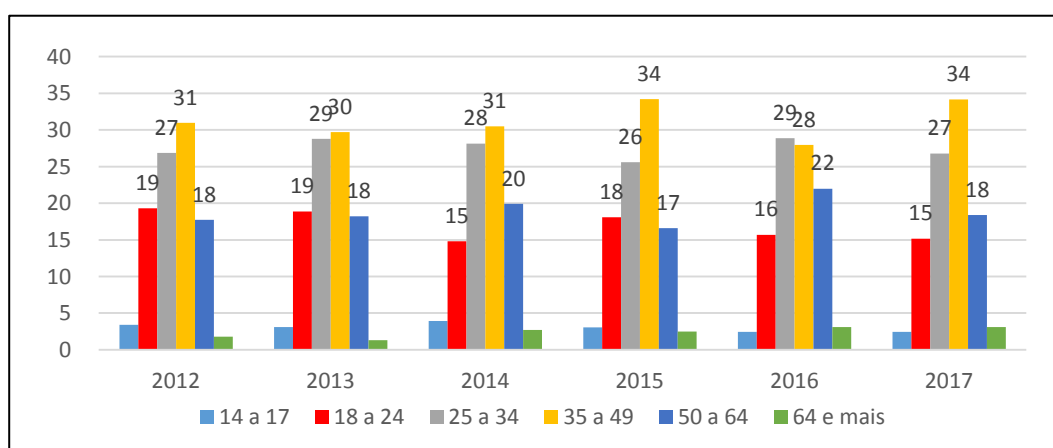
Gráfico 39 – RMPA: Cor dos Trabalhadores do Terciário Especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

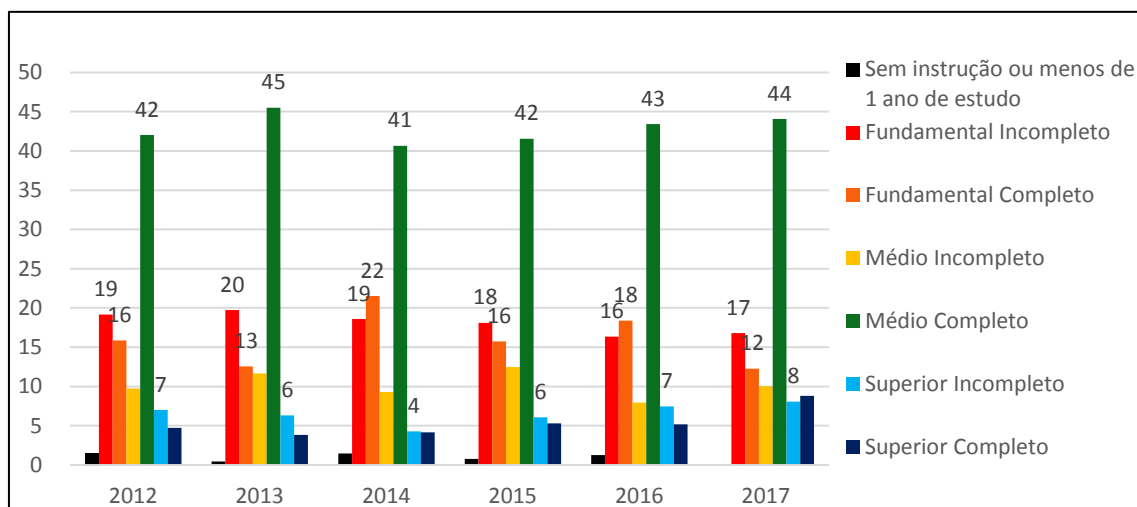
A faixa de idade entre 25 a 49 anos forma a maioria do pessoal ocupado nesta categoria, com envelhecimento gradual dos trabalhadores com 35 anos ou mais (Gráfico 40).

Gráfico 40 – RMPA: Idade dos Trabalhadores do Terciário Especializado.



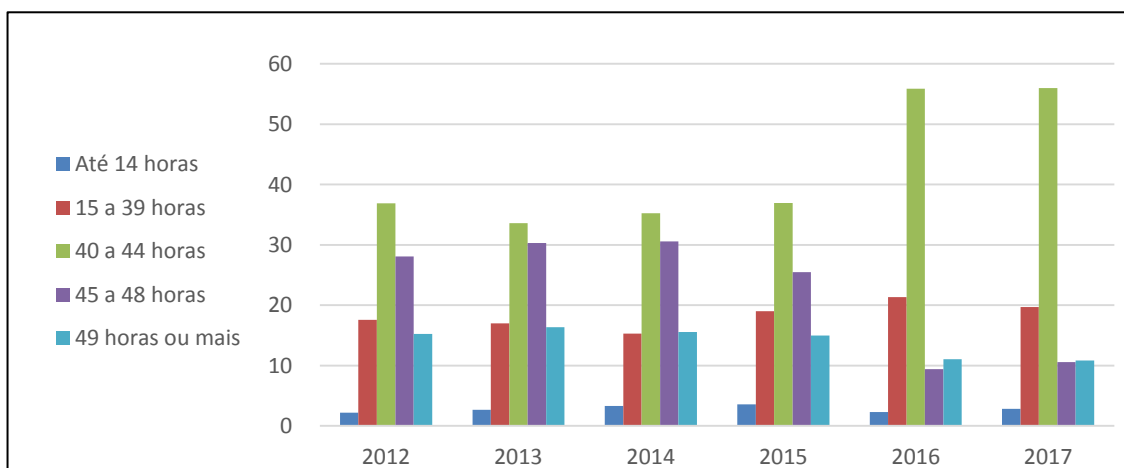
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria dos trabalhadores possuíam ensino médio completo. Nesta categoria podemos observar um aumento de trabalhadores com menores níveis de escolaridade (Gráfico 41). A população ocupada com ensino superior completo está concentrada no grupo dos trabalhadores do comércio.

Gráfico 41 – RMPA: Escolaridade dos Trabalhadores do Terciário Especializado.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

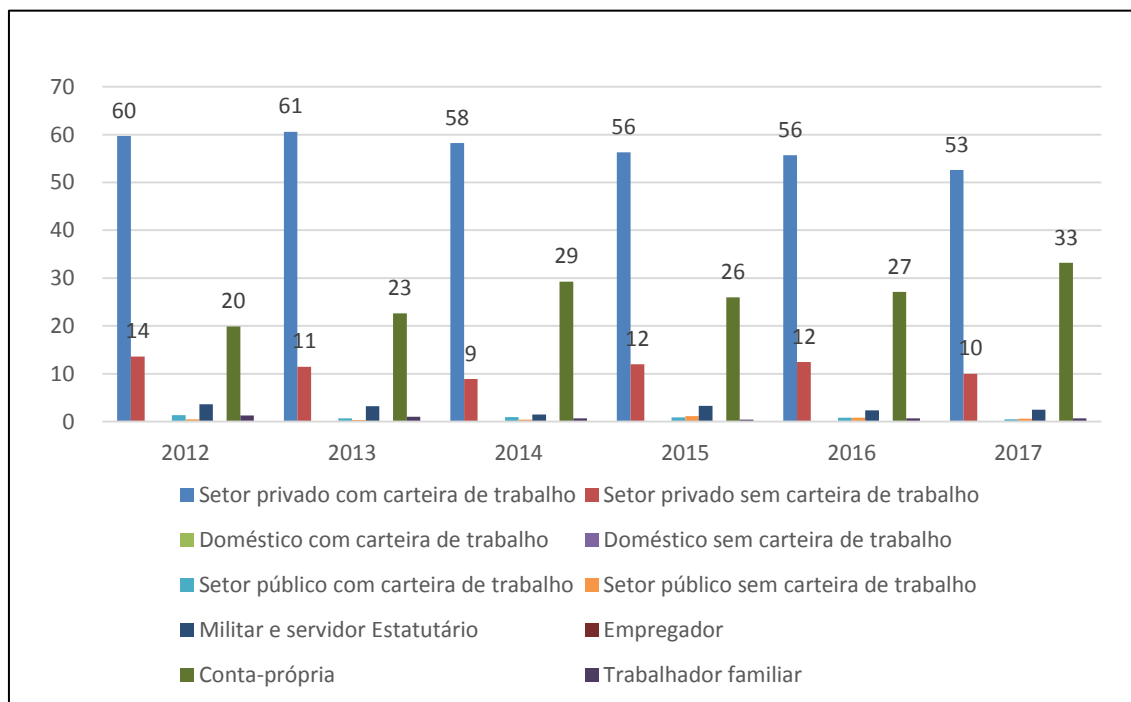
A partir de 2016 ocorreu um aumento de trabalhadores com carga horária maior que 39 horas e diminuição da proporção de trabalhadores com carga horária maior que 45 horas (Gráfico 42).

Gráfico 42 – RMPA: Horas de trabalho dos Trabalhadores do Terciário Especializado.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria atua no setor privado com carteira de trabalho assinada. A partir de 2014 houve um aumento na proporção de trabalhadores que atuam por conta-própria. Atenta-se para o fato de que 14% dos trabalhadores do terciário especializado trabalhavam no setor privado sem carteira de trabalho no ano de 2012, e 12% em 2015 e 2016 (Gráfico 43).

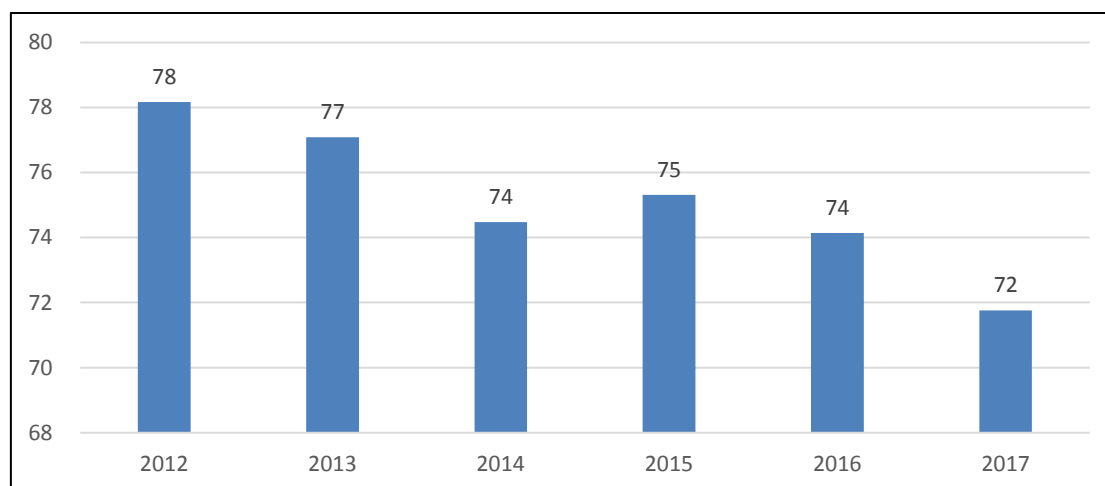
Gráfico 43 – RMPA: Posição na ocupação dos Trabalhadores do Terciário Especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

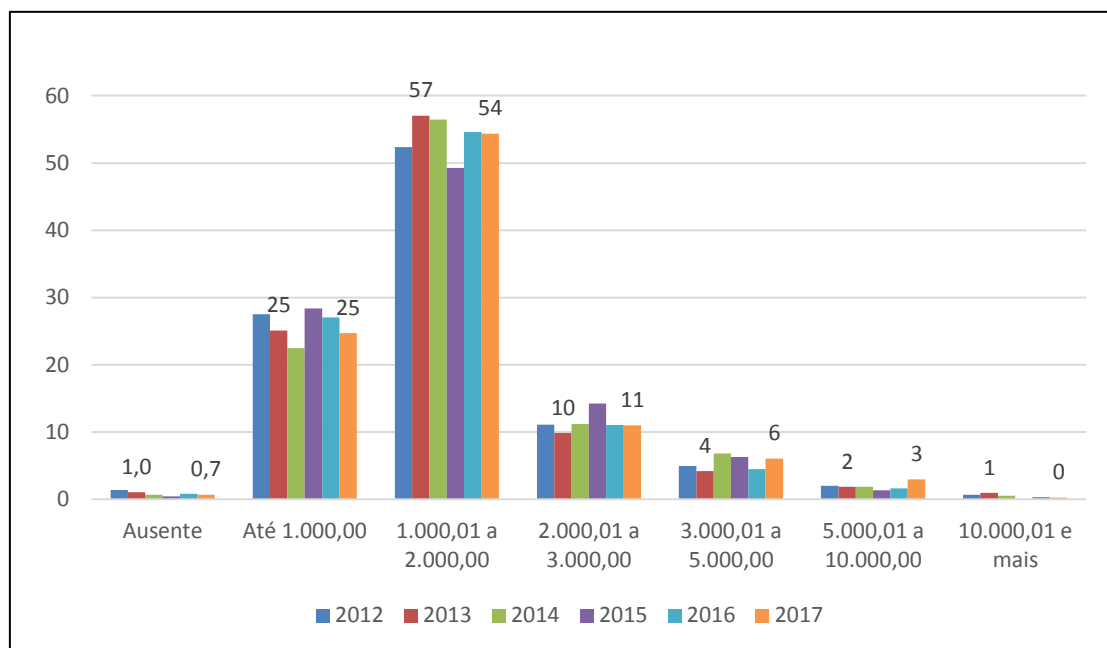
O número de contribuintes apresentou queda no decorrer dos anos, chegando em 72% no ano de 2017. Dentro do grupo dos trabalhadores de serviços especializados, a maioria não era contribuinte.

Gráfico 44 – RMPA: Trabalhadores do Terciário Especializado Contribuintes.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria dos trabalhadores desta categoria tiveram rendimento de até R\$ 2.000,00 ao longo dos anos (Gráfico 45), com pouca variação nos rendimentos dos grupos constituintes (trabalhadores do comércio e prestadores de serviços).

Gráfico 45 – RMPA: Trabalhadores do Terciário Especializado.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

7. TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO

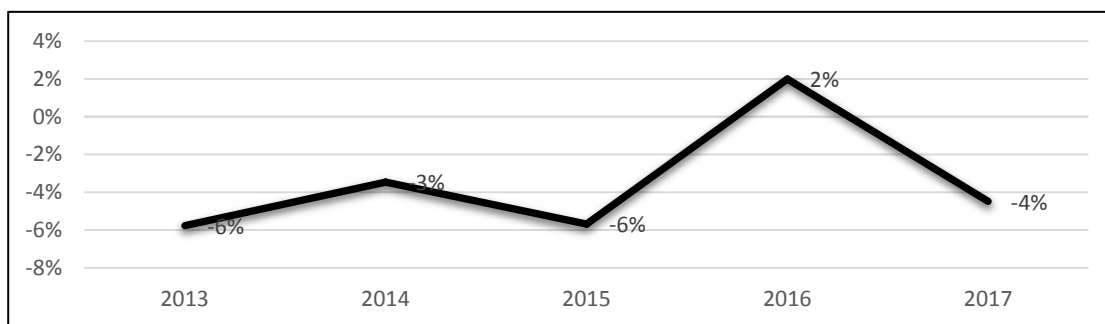
Ocorreu uma diminuição gradual de trabalhadores da indústria moderna e tradicional e aumento dos operários dos serviços auxiliares (Tabela 5). Ocorreu aumento de operários da construção civil nos anos de 2014 e 2016 (33%), com queda no último ano analisado (29%).

Tabela 5- RMPA: Participação dos Trabalhadores do Secundário.

Trabalhadores do Secundário	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores da Indústria Moderna	23	23	21	22	20	22
Trabalhadores da Indústria Tradicional	26	24	25	25	24	23
Operários dos Serviços Auxiliares	24	23	21	22	23	26
Operários da Construção Civil	28	29	33	31	33	29
Total	100	100	100	100	100	100

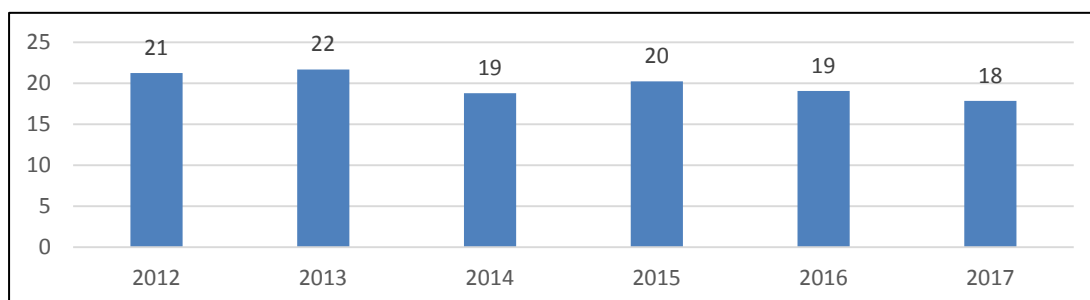
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Esta categoria obteve crescimento apenas em 2014 e 2016 sofrendo quedas nos demais períodos analisados (Gráfico 46).

Gráfico 46 – RMPA: Crescimento anual dos Trabalhadores do Secundário.

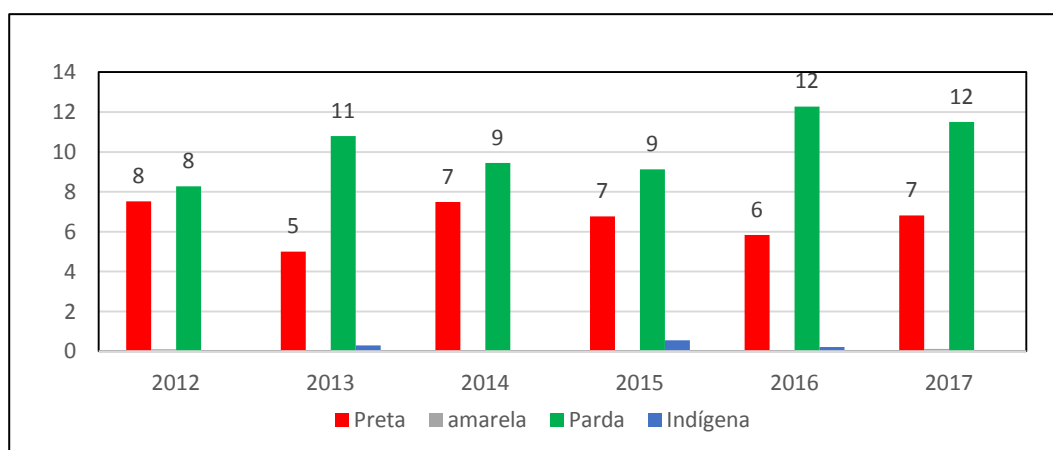
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A participação das mulheres nesta categoria foi de cerca de 20% em todos os anos analisados. O ano de 2013 obteve maior proporção de mulheres, e o ano de 2017 obteve a menor proporção (Gráfico 47). O grupo com maior concentração de trabalhadoras ao longo dos anos foi o setor da indústria tradicional.

Gráfico 47 – RMPA: Crescimento anual dos Trabalhadores do Secundário.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

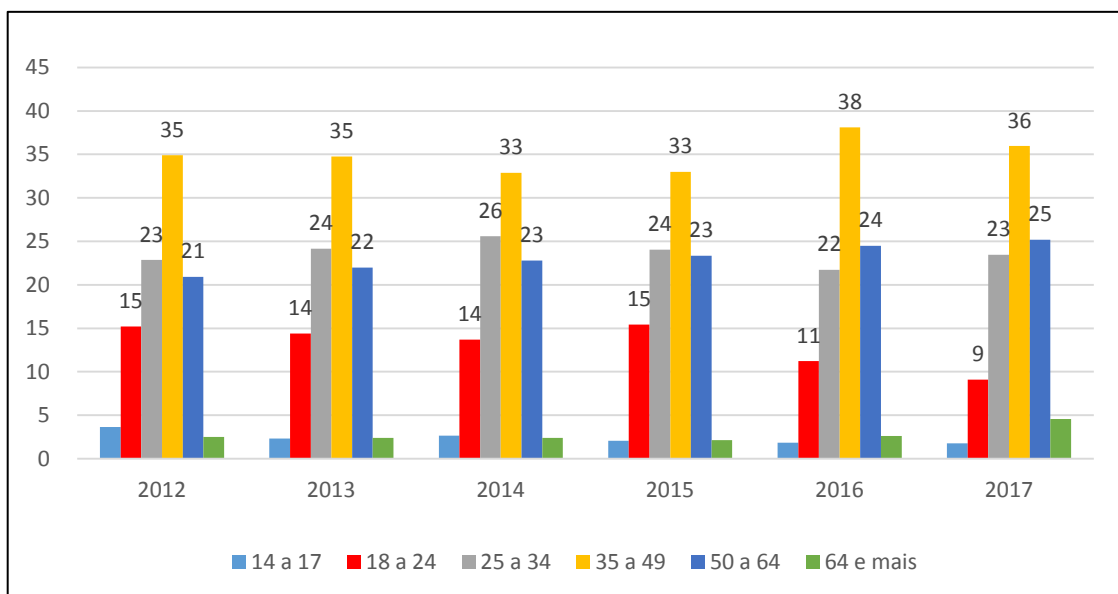
Há um crescimento do número de trabalhadores de cor preta e parda ao longo dos anos (Gráfico 48), principalmente no grupo dos operários da construção civil.

Gráfico 48 – RMPA: Cor dos Trabalhadores do Secundário.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Ainda que a maioria dos trabalhadores tenham idade entre 35 e 49 anos, podemos identificar no Gráfico 49 a concentração de trabalhadores jovens (14 a 24), principalmente na indústria moderna e tradicional.

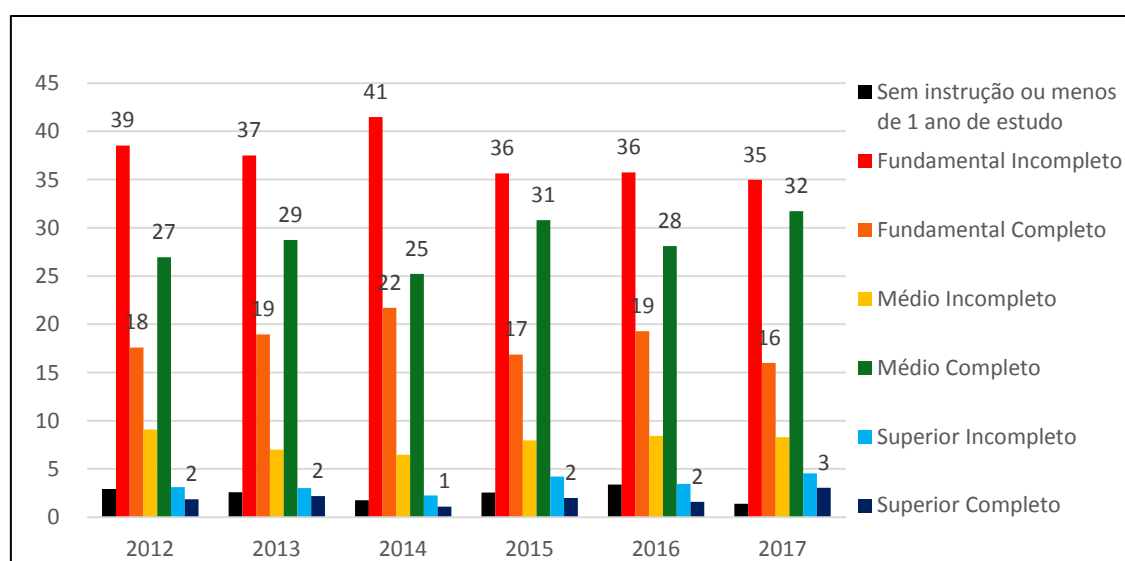
Gráfico 49 – RMPA: Idade dos Trabalhadores do Secundário



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O Gráfico 50 apresenta os dados sobre a escolaridade dos trabalhadores. A maioria dos trabalhadores desta categoria possuem baixa escolaridade, com predomínio de pessoas com ensino fundamental incompleto.

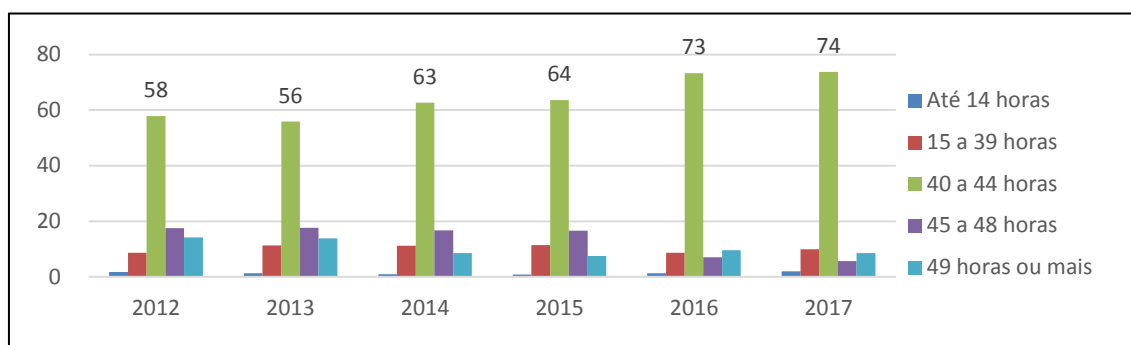
Gráfico 50 – RMPA: Escolaridade dos Trabalhadores do Secundário



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

As horas de trabalho dos Trabalhadores do Secundário segue tendência parecida com a categoria dos Trabalhadores do Terciário Especializado, aumentando a proporção de forma gradual ao longo dos anos de trabalhadores com carga horária de 40 a 48 horas, e diminuindo a proporção de trabalhadores com carga horária semanal entre 45 e 48 horas (Gráfico 51).

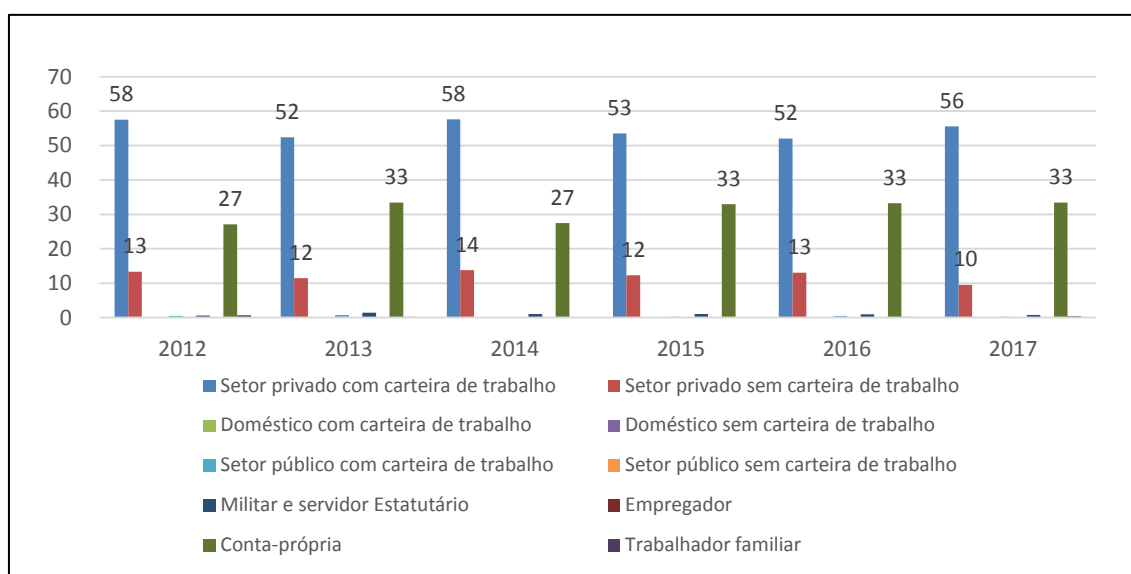
Gráfico 51 – RMPA: Horas de trabalho dos Trabalhadores do Secundário



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os trabalhadores desta categoria atuam em sua maioria no setor privado com carteira de trabalho assinada (Gráfico 52). O número de trabalhadores nesta condição apresentou quedas nos anos de 2013, 2015 e 2016 (52%, 53% e 52% respectivamente). Logo depois temos os trabalhadores que atuam por conta-própria, que corresponderam a cerca de 30% dos trabalhadores desta categoria em todos os anos estudados. E por fim, a terceira posição que apresenta maior proporção de trabalhadores foi a do setor privado sem carteira de trabalho assinada, que apresentou mais de 10% dos trabalhadores em todos os anos analisados, com auge no ano de 2014.

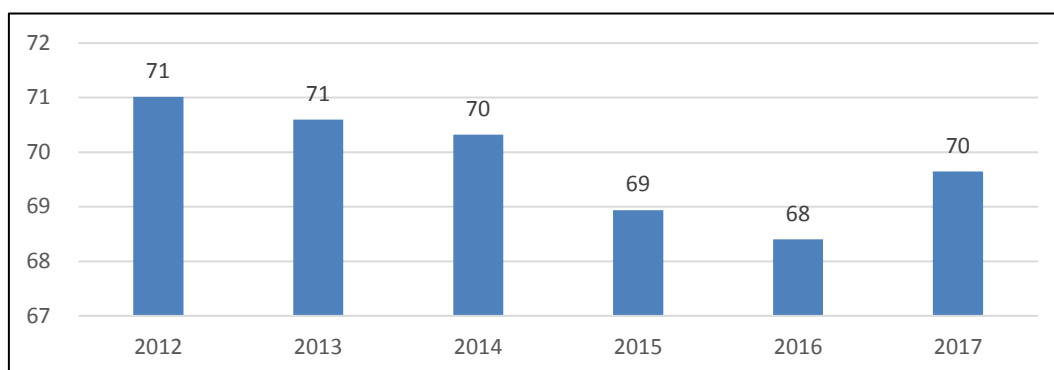
Gráfico 52 – RMPA: Posição na ocupação dos Trabalhadores do Secundário.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O ano de 2012 obteve maior número de contribuintes, no entanto nos anos posteriores esta proporção diminuiu alcançando 68% em 2016, tendo alta novamente apenas em 2017 (Gráfico 53). Os trabalhadores que contribuíram menos nesta categoria foram os da indústria tradicional. Menos de 50% dos operários da construção civil contribuíram no ano de 2017.

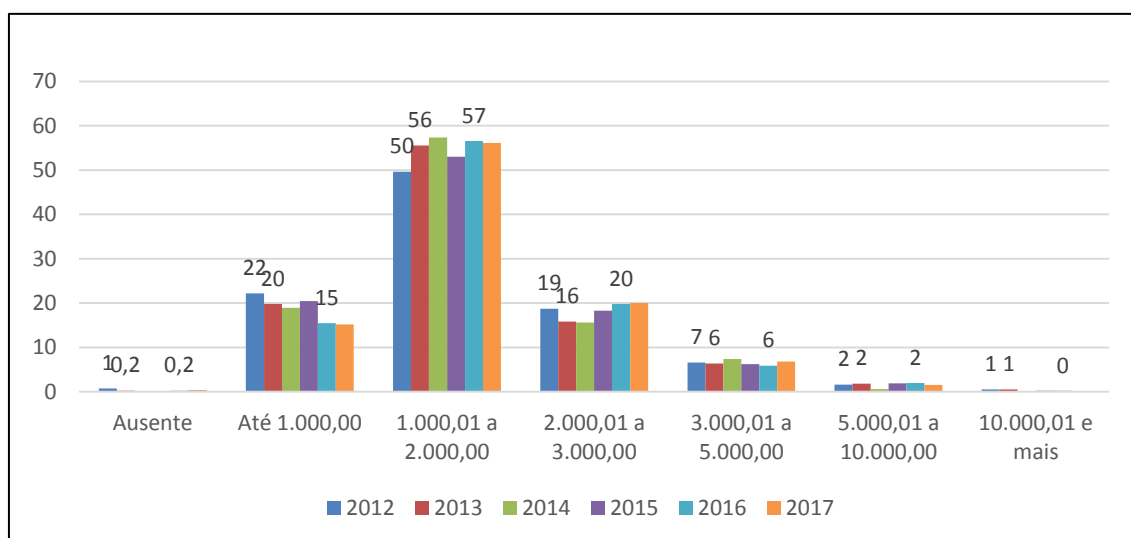
Gráfico 53 – RMPA: Trabalhadores do Secundário Contribuintes.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A maioria dos trabalhadores desta categoria recebem até R\$ 2.000,00 (Gráfico 54). Ocorreu aumento de renda entre 2012 e 2017 na faixa de rendimentos de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00. No ano de 2017 os trabalhadores distribuíram-se da seguinte forma quanto aos seus rendimentos: os trabalhadores da indústria moderna nas faixas de rendimento entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00; trabalhadores da indústria tradicional se concentravam nas faixas de até R\$ 2.000,00; operários dos serviços auxiliares tinham em sua maioria rendimentos entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00; e operários da construção civil tinham rendimentos de até R\$ 2.000,00.

Gráfico 54 – RMPA: Rendimento dos Trabalhadores do Secundário.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

8. TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO

Os grupos dos prestadores de serviços não-especializados e dos trabalhadores domésticos são os que concentraram maior número de trabalhadores nessa categoria em todos os anos estudados (Tabela 6). Ocorreu uma diminuição da proporção de ambulantes e biscateiros nos anos de 2013 e 2014, que não se manteve nos anos seguintes.

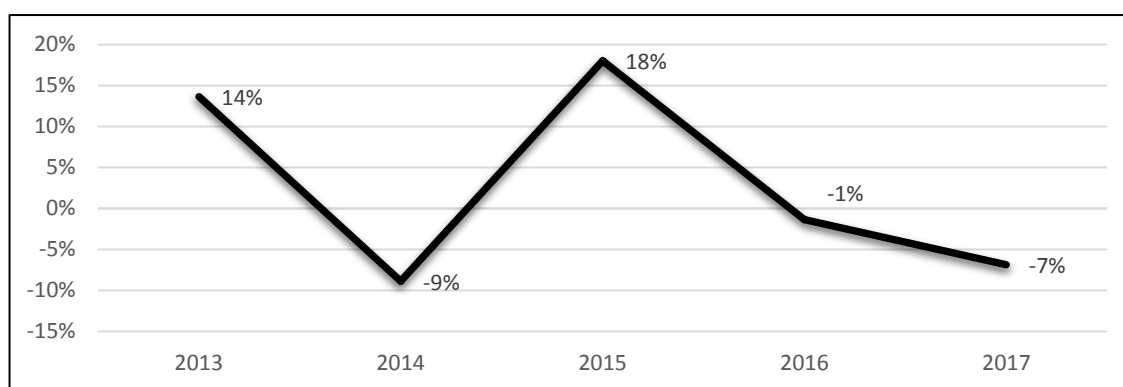
Tabela 6- RMPA: Participação dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado.

Trabalhadores do Terciário Não-especializado	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Prestadores de Serviços Não Especializados	46	46	43	46	42	41
Trabalhadores Domésticos	42	44	47	42	45	43
Ambulantes e Biscateiros	12	10	10	13	13	15
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os anos de 2013 e 2015 apresentaram maior crescimento desta categoria (Gráfico 55). No ano de 2013 os grupos dos prestadores de serviços não-especializados e os trabalhadores domésticos foram os responsáveis pelo crescimento da categoria. Já no ano de 2015 foram os ambulantes e biscateiros e prestadores de serviços não-especializados que obtiveram maior crescimento.

Gráfico 55 – RMPA: Crescimento anual dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado.

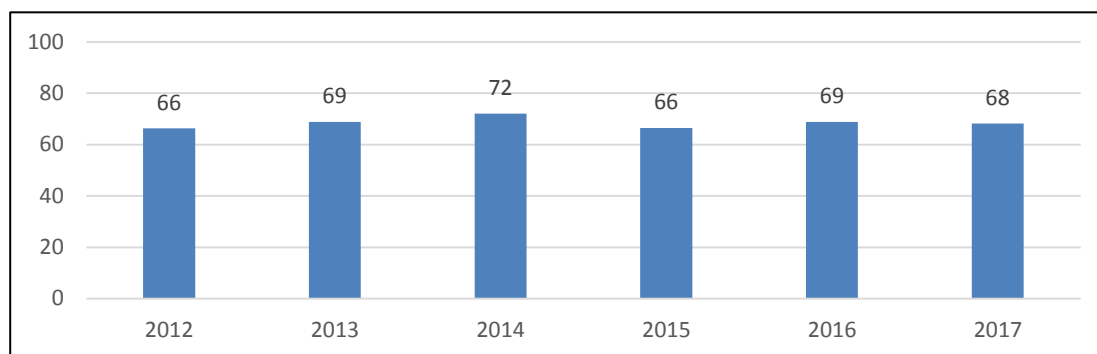


Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

A proporção de mulheres nesta categoria é alta (Gráfico 56), com seu auge no ano de 2014 (72%). A proporção de mulheres no grupo dos trabalhadores domésticos chegou a 96% no ano de 2012 em relação ao número de homens pertencentes a esta categoria (4%). Ao longo dos anos elas se mantiveram em sua maioria nesta categoria.

Na categoria ambulantes e biscateiros a maioria eram homens e na de prestadores de serviços não-especializados ocorreu maior equilíbrio entre homens e mulheres, em torno de 50%, com algumas pequenas oscilações ao longo dos anos. As mulheres chegaram a 50% no grupo de ambulantes e biscateiros e 54% no grupo de prestadores de serviços não-especializados no ano de 2014.

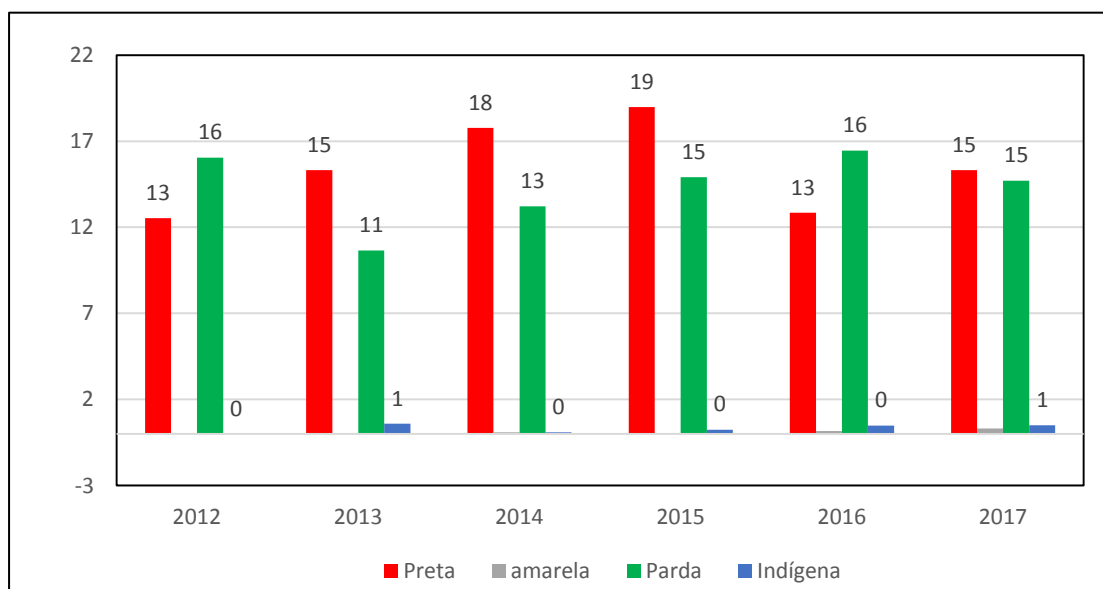
Gráfico 56 – RMPA: Proporção de mulheres na categoria de Trabalhadores do Terciário Não-especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os trabalhadores de cor preta e parda tiveram a maior representatividade nesta categoria (Gráfico 57), com quase 20% de trabalhadores de cor preta em 2014 e 2015, e cerca de 15% de trabalhadores de cor parda nos anos de 2012, 2016 e 2017. Os trabalhadores de cor indígena surgem nesta categoria nos anos de 2013 e 2017 correspondendo a cerca de 1% das pessoas ocupadas.

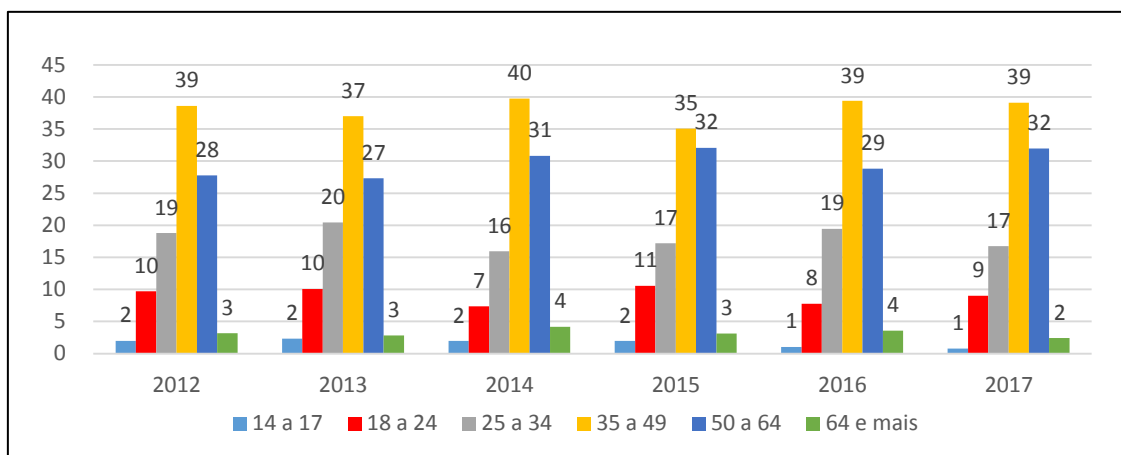
Gráfico 57 – RMPA: Cor dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O Gráfico 58 apresenta os dados sobre a idade dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado. Pôde-se observar a diminuição de jovens entre 14 a 17 anos atuando no mercado e aumento do número de trabalhadores com mais de 50 anos de idade.

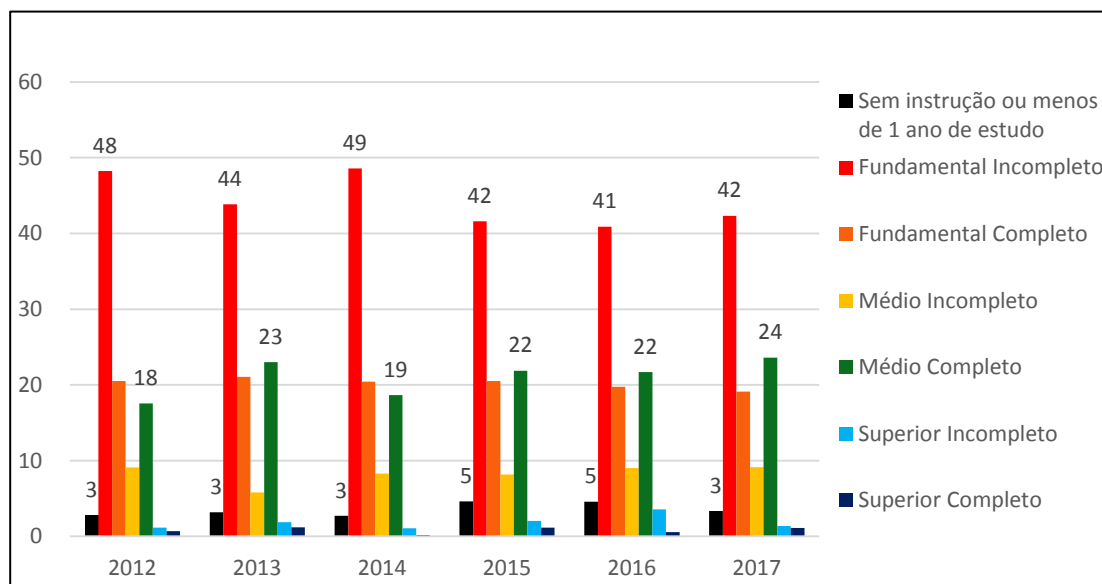
Gráfico 58 – RMPA: Idade dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

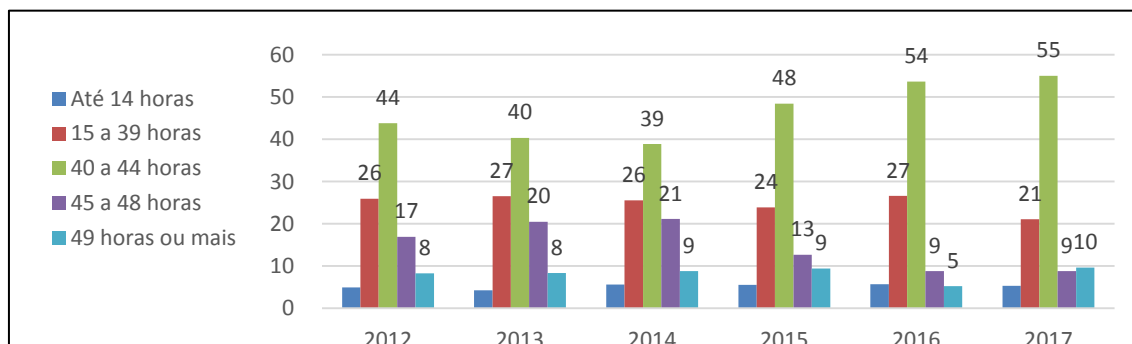
Os dados sobre a escolaridade desses trabalhadores apontaram para baixos níveis de escolarização (Gráfico 59). No ano de 2014 quase 50% dos trabalhadores tinham ensino fundamental incompleto.

Gráfico 59 – RMPA: Idade dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

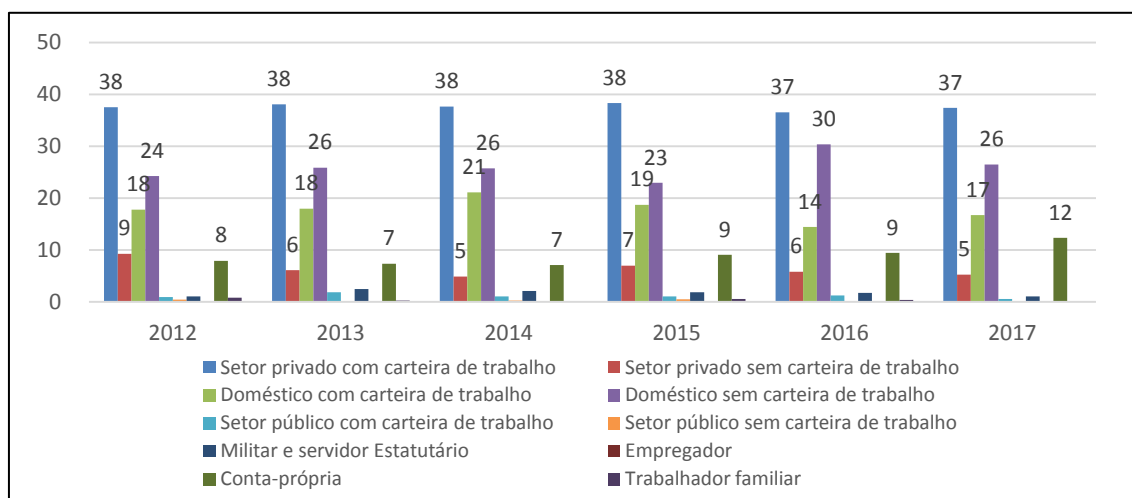
Seguindo tendência parecida com as demais categorias, as horas de trabalho da maioria dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado foi de 40 a 44 horas (Gráfico 60).

Gráfico 60 – RMPA: Horas de trabalho dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Menos de 50% dos trabalhadores atuavam no setor privado com carteira de trabalho (Gráfico 61). Entre 2012 e 2017 houve uma pequena diminuição do número de trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho assinada. No entanto, é preocupante a precarização dos trabalhadores domésticos que em sua maioria atuam sem carteira de trabalho assinada.

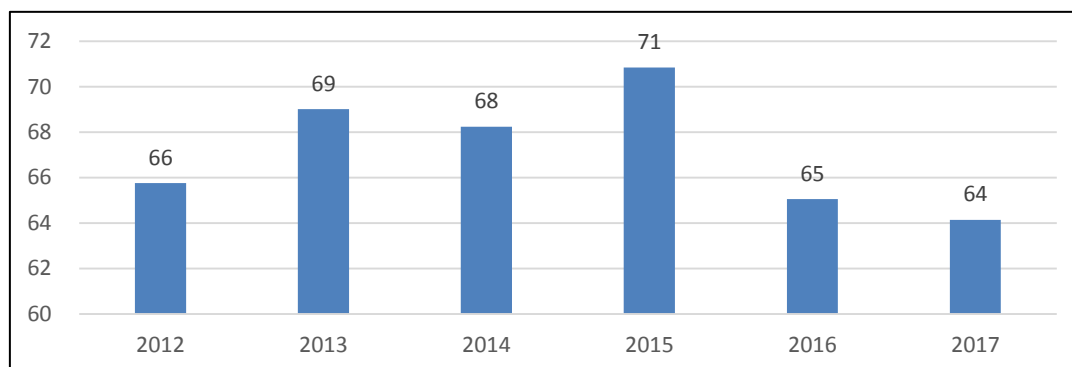
A partir do ano de 2015 ocorreu um aumento no número de trabalhadores por conta-própria nesta categoria. Isso ocorreu devido ao aumento do número de ambulantes e biscoiteiros na categoria (que em sua maioria atuavam por conta-própria) e por um pequeno aumento de prestadores de serviços não-especializados, que a partir de 2015 passaram a atuar por conta-própria. Há um aumento gradual no número de trabalhadores domésticos atuando sem carteira de trabalho assinada, que se mostrou superior entre este grupo em todos os anos analisados. Em 2017 foram registrados apenas trabalhadores prestadores de serviços não-especializados na condição de empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada.

Gráfico 61 – RMPA: Posição na ocupação dos Trabalhadores do Terciário não-Especializado.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O ano de 2015 registrou o maior número de contribuintes, no entanto em 2016 a proporção diminuiu, chegando em 64% no ano de 2017 (Gráfico 62). Quase metade dos trabalhadores domésticos não eram contribuintes no ano de 2017.

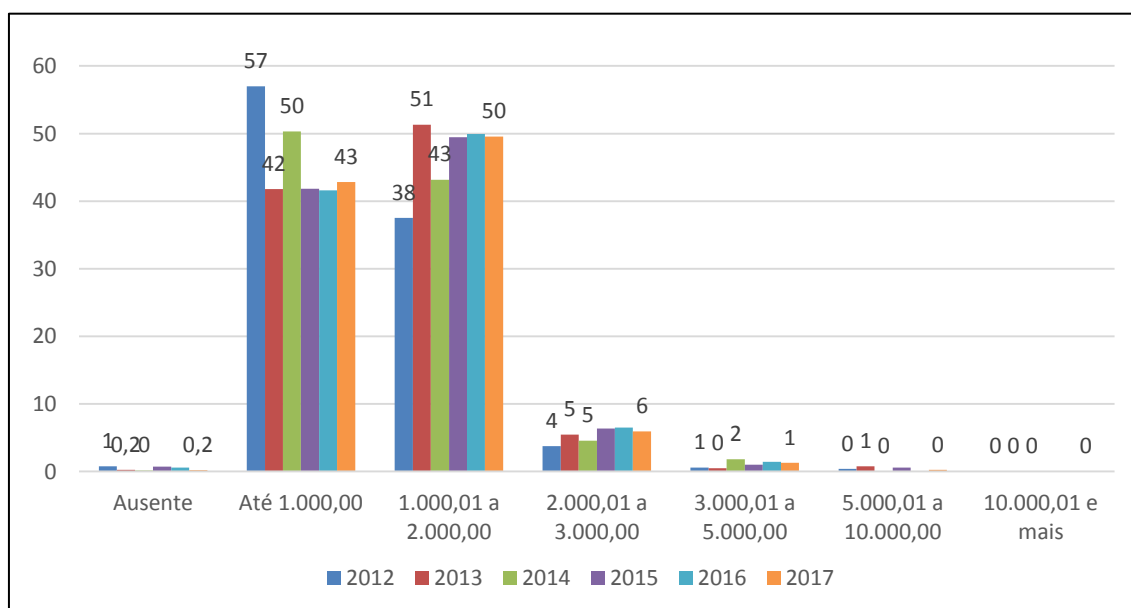
Gráfico 62 – RMPA: Trabalhadores do Terciário Não-especializado contribuintes.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O rendimento ficou concentrado nas faixas de renda até R\$ 2.000,00 (Gráfico 63). Podemos observar uma melhora nos rendimentos a partir do ano de 2013, com a diminuição de trabalhadores recebendo até R\$ 1.000,00 e o aumento da proporção destes na faixa de rendimento de até R\$ 2.000,00. Os grupos de prestadores de serviços não especializados e trabalhadores domésticos recebiam em sua maioria até R\$ 2.000,00, e a maioria dos ambulantes e biscoiteiros tinham rendimentos de até R\$ 1.000,00.

Gráfico 63 – RMPA: Rendimento dos Trabalhadores do Terciário Não-especializado.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

9. CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO NACIONAL

Após a crise advinda do desenvolvimentismo militar na década de 1980 e da reestruturação neoliberal durante toda a década de 1990, uma nova dinâmica socioeconômica emergiu a partir da década de 2000, caracterizando-se

[...] pela permanência dos parâmetros macroeconômicos neoliberais (o chamado “tripé macroeconômico”: o regime de metas de inflação, o superávit primário e o regime de câmbio flutuante) e das transferências de vultosos recursos do Tesouro Nacional para os credores da dívida pública, mas com a presença de políticas de investimentos públicos (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV), de geração de emprego, de valorização do salário mínimo, com incentivo ao consumo de bens duráveis e leve distribuição de renda, a qual afetou especialmente os setores e as regiões de mais baixa renda no país, a ponto de formar uma nova base social para a coalisão governista dominante no governo federal desde 2003 (SOARES E FEDOZZI, 2015, p. 345).

A retomada do papel do Estado como planejador e os parâmetros macroeconômicos são definidos por Mammarella (2015, p. 139) um período caracterizado pelo "modelo híbrido de nação desenvolvimentista com traços liberais na sua macroeconomia". Essa forma de planejamento e alocação de recursos se estendeu ao longo da década de 2000. Em 2010 ocorreu a expansão de liberações para as áreas de infraestrutura, indústria e comércio, com destaque para os setores de alimentos e bebidas, material de transportes e mecânica, já no setor de infraestrutura os investimentos de maior destaque foram direcionados para os transportes e energia elétrica. Neste mesmo ano os desembolsos do Banco Nacional Do Desenvolvimento Econômico E Social (BNDES) em operações de financiamento para micro, pequenas e médias empresas aumentaram quase o dobro do valor em relação ao ano anterior. Em 2010 a economia brasileira conseguiu se recuperar dos efeitos da crise internacional que em 2008 abalou o desempenho que o país vinha desenvolvendo desde o ano de 2004 (BNDES, 2010).

Em 2011 podemos destacar o início da segunda parte do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e o lançamento do Plano Brasil Maior, voltado à indústria nacional. Os investimentos as micro e pequenas empresas e pessoas físicas continuaram superiores aos registrados em 2009 e 2010 (16,6 bilhões em 2009, 32 bilhões em 2010, e 35,8 bilhões em 2011) (BNDES, 2011).

Em 2014 pôde-se observar investimentos em infraestrutura na construção de rodovias, ferrovias, obras em portos, aeroportos e parques eólicos. Também é importante destacar que neste ano ocorreram investimentos do governo federal em obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo. Os setores petroquímico farmacêutico, alimentício, de equipamentos eletrônicos e de materiais de transporte também se destacaram no ano de 2014. Conforme o relatório elaborado pelo governo federal no mês de junho, o PAC 2 (2011-2014) havia concluído 95,5% das ações previstas (PAC, 2014).

No entanto, a partir de 2014 o ritmo de crescimento econômico brasileiro desacelerou, intensificando um cenário de estagnação no ano de 2015 com a queda dos preços das commodities, desvalorização cambial, redução das exportações aumento do desemprego, redução de renda da população, desindustrialização e a falta de investimentos em setores estratégicos. Ainda em 2015, foram elaboradas medidas de ajustes fiscais com o objetivo de controlar os gastos públicos, que foram desaprovadas por diversos segmentos da sociedade, em um momento de fragilidade econômica.

Em 2016 ocorreu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e com isso, foi imposta uma nova agenda de governo, com medidas de austeridade severas após a posse de seu vice, Michel Temer. Ao mesmo tempo, investigações e escândalos de corrupção envolvendo políticos, empresários e estatais fragilizaram e agravaram ainda mais o quadro de incertezas sobre o cenário político e econômico brasileiro. A queda da atividade econômica, restrição fiscal e a alta do desemprego marcaram o período. A proposta de emenda constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos foi aprovada neste ano e o governo apresentou as reformas da previdência e trabalhista.

O ano de 2017 marca o início da recuperação econômica. Embora este parco crescimento tenha advindo do setor externo, a situação interna do país observou um retorno no consumo e queda no desemprego (BNDES, 2017). No ano de 2018 novamente o país apresenta baixo crescimento e um quadro de incertezas políticas no ano de eleição presidencial. O novo governo eleito em outubro de 2018 anunciou a continuação das pautas anteriores de Michel Temer, com medidas favoráveis ao mercado e prejudicial aos trabalhadores, com a justificativa de maior agilidade e flexibilidade ao mercado de trabalho, no caso das reformas trabalhistas e flexibilizações das leis trabalhistas; e economia e elevação do crescimento econômico a médio e longo prazo com a reforma previdenciária.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Gráfico 64 apresenta as taxas de crescimento anual da população ocupada e de cada uma das Categorias sócio-ocupacionais na RMPA. O ano de 2013 na RMPA foi marcado pelo maior crescimento na população ocupada. As categorias que apresentaram crescimento em 2013 em relação ao ano anterior foram os Grandes Empregadores, Pequenos Empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado (essas categorias apresentaram o maior pico de crescimento em 2013). As políticas voltadas à geração de emprego e o incentivo às micro, pequenas e médias empresas podem justificar esse resultado. Já a categoria dos profissionais de nível superior apresentou a maior queda quando comparada aos outros anos. O ano de 2013 registrou também queda de trabalhadores do secundário e crescimento dos trabalhadores do terciário não-especializado.

Já no ano de 2014 registrou-se queda da população ocupada em quase todas as categorias, com exceção dos trabalhadores do secundário e profissionais de nível superior (pico de crescimento em relação aos 5 anos analisados). Já os trabalhadores do terciário especializado e não-especializado apresentaram a maior queda em 2014,

quando comparada a evolução dos outros anos. Conforme o tópico anterior, é no ano de 2014 que iniciam os primeiros sinais de desaceleração do crescimento.

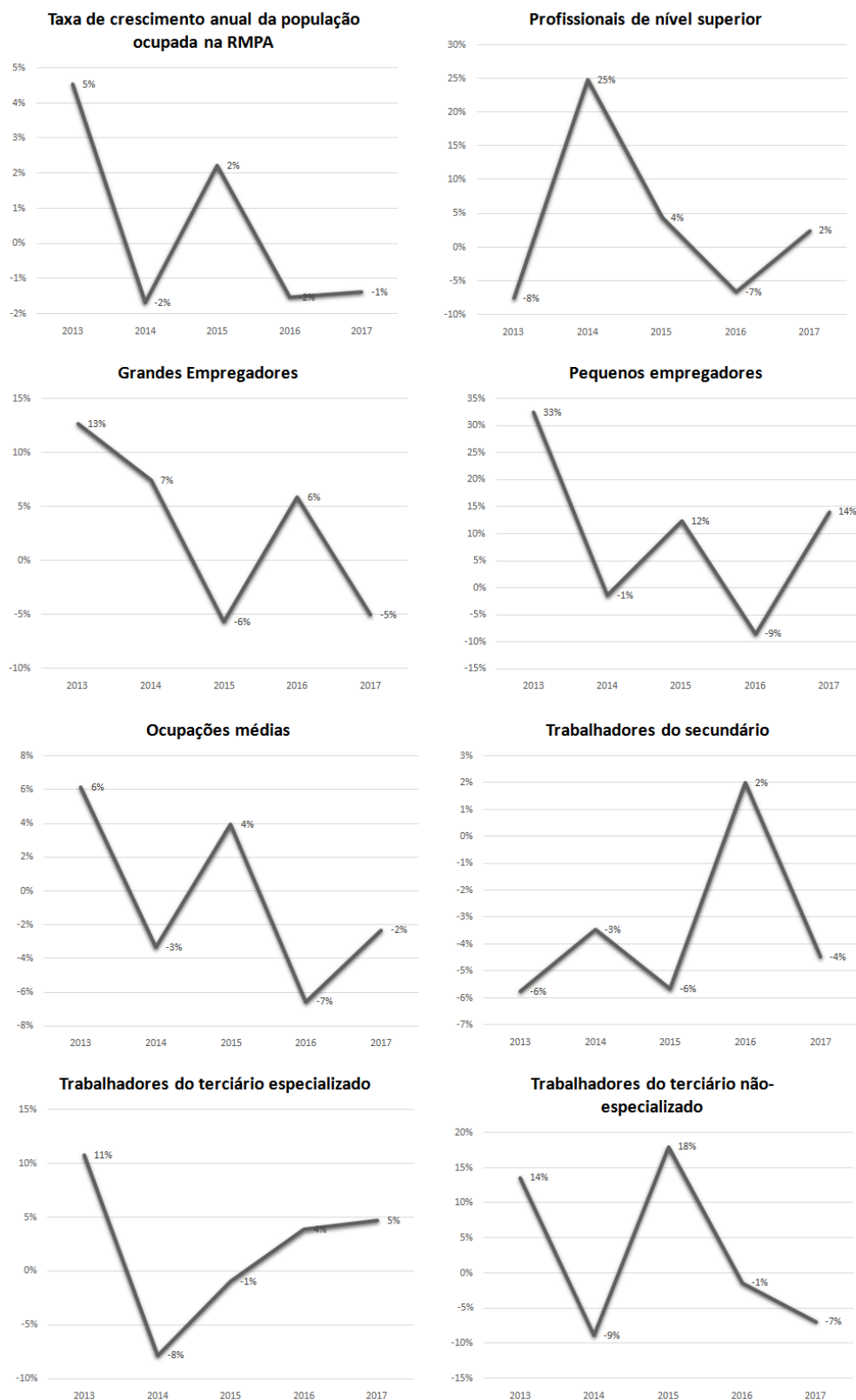
O ano de 2015 apresentou retomada de crescimento da população ocupada e a maior queda percentual dos Grandes Empregadores. Neste ano ocorreu queda dos preços das commodities, desvalorização cambial e redução das exportações. Os trabalhadores do secundário também apresentaram diminuição. Os investimentos nos setores industrial, naval e portuário sofreram queda. As categorias que apresentaram crescimento foram os pequenos empregadores, as ocupações médias, os trabalhadores do terciário especializado e não-especializado (pico de crescimento percentual).

Em 2016 a população ocupada volta a diminuir. A categoria dos Pequenos Empregadores apresentou a sua maior queda em comparação com os outros anos. As categorias que obtiveram crescimento: Trabalhadores do Secundário (pico de crescimento), Grandes empregadores e Trabalhadores do Terciário Especializado. Já as categorias que apresentaram quedas foram ocupações médias, profissionais de nível superior e trabalhadores do terciário não-especializado. Neste ano a crise nas instituições políticas e jurídicas agravaram o quadro de recessão.

Em 2017 a população ocupada na RMPA apresentou decréscimo de 1% comparada ao ano anterior. As categorias dos Grandes Empregadores, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado apresentaram queda, enquanto os profissionais de nível superior, ocupações médias, Pequenos Empregadores e Trabalhadores do Terciário Especializado apresentaram crescimento.

Por fim, foi observado que a estrutura das categorias sócio-ocupacionais sofreu poucas modificações entre os anos de 2012 e 2017 na RMPA, variando no máximo em 2% ao longo do tempo. A exceção foi a categoria dos Trabalhadores do Secundário, que iniciaram em 2012 com 25% do total de pessoas ocupadas, e apresentaram queda gradual ao longo dos anos, fechando o ano de 2017 com 20% da população total ocupada nesta categoria.

Gráfico 64 – RMPA: Taxa de crescimento anual da população ocupada e das Categorias sócio-ocupacionais.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. BNDES. *Relatório BNDES*. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, diversos anos. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/relatorios>. Acesso em: 23 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Microdados trimestrais*. Rio de Janeiro, 2012-2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>.

_____. *Censo Demográfico 2010. Resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MAMMARELLA, Rosetta et al.. *Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980-2010*. In: FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (Orgs.). *Porto Alegre: transformações na ordem urbana*. [s.l.]: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015, p. 133-184. (Estudos Comparativos).

PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2. PAC. 10º Balanço PAC 2. Brasília: Ministério do Planejamento, 2014. 208 p. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/37855886e9418dce3f9baf3128444233.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1398. Acesso em: 23 jul. 2017.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; FEDOZZI, Luciano. *Considerações finais: Transformações na Metrópole Meridional do Brasil - 1980/2010*. In: FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (Orgs.). *Porto Alegre: transformações na ordem urbana*. [s.l.]: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015, p. 345-364. (Estudos Comparativos).